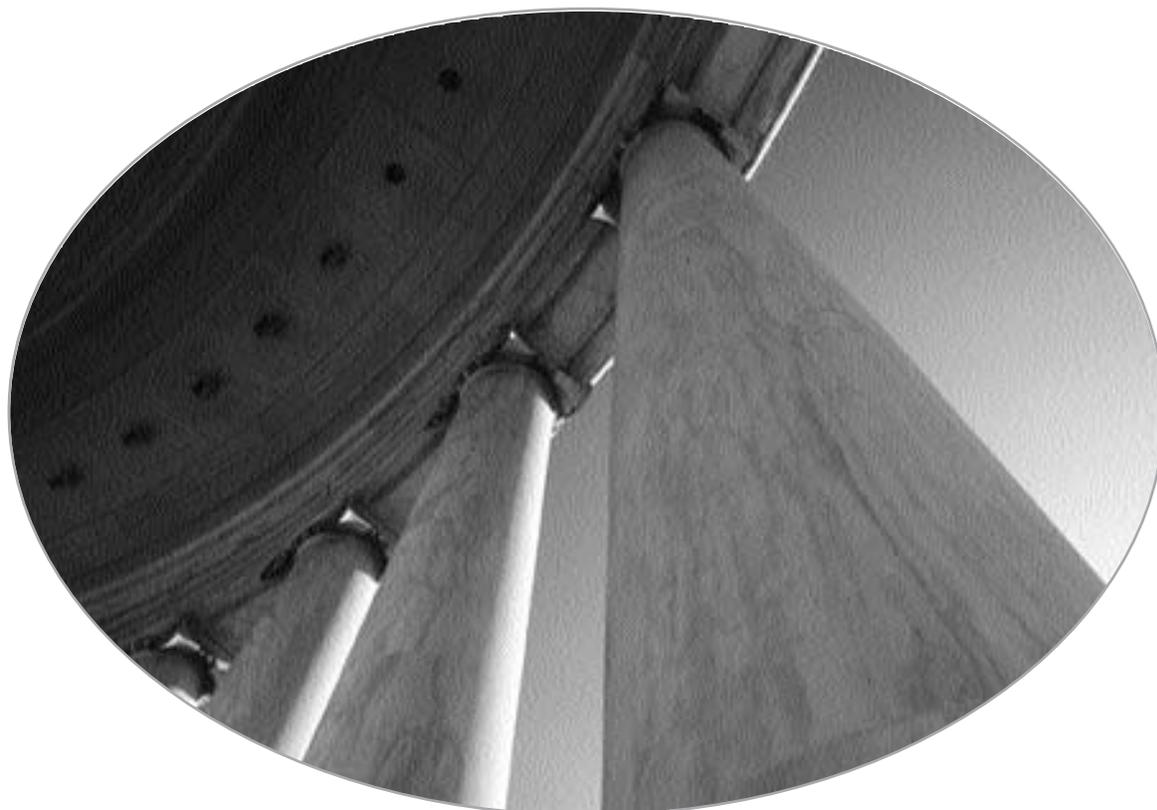


q u e s t õ e s d e
Democracia



EDUCAÇÃO
PARA OS
DIREITOS
HUMANOS

M A R Ç O D E 2 0 0 2

VOLUME 7 NÚMERO 1

Educação para os Direitos Humanos

Editorial

COM A ADOÇÃO da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas em 1948 e convenções relativas nas décadas seguintes, os Estados membros firmaram compromisso com direitos humanos fundamentais para todos os homens, mulheres e crianças do planeta.

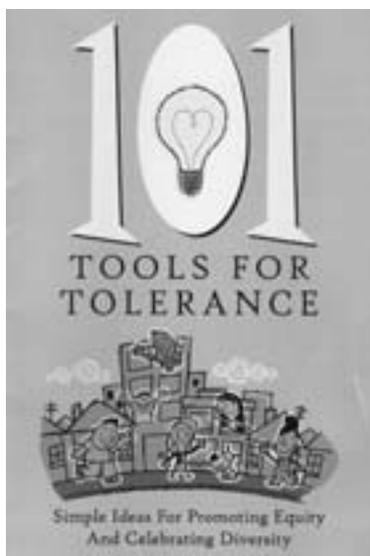
Mas o caminho para traduzir aquele ideal em realidade para o mundo tem sido tarefa muito mais difícil, exigindo ações em um grande número de frentes, envolvendo governos comprometidos, agências regionais e internacionais e organizações não-governamentais. Um dos componentes mais importantes do esforço é a educação para os direitos humanos (Human Rights Education-HRE).

Esta publicação explora algumas das questões e problemas para o estabelecimento de programas eficazes de HRE, reconhecendo que vivemos em um mundo diversificado, com grandes diferenças entre as sociedades em termos de história, cultura e ideologia. Também é importante observar que a HRE deve ser moldada para as necessidades de diferentes grupos nessas sociedades.

Um programa de HRE destinado a crianças em idade escolar, por exemplo, teria projeto radicalmente diferente daquele preparado para policiais ou autoridades governamentais. De forma similar, HRE no mundo desenvolvido requer abordagem diferente daquela observada nas nações em desenvolvimento, onde cidadãos e governos podem enfrentar pressão diária sobre os recursos.

Ciente dessas restrições, Felisa Tibbitts, diretora de Associados para a Educação para os Direitos Humanos (HREA) e importante especialista sobre modelos emergentes para HRE, discute como ela pode tornar-se mais eficaz, examinando detalhadamente três modelos de direitos humanos em operação. Significativamente, ela molda seus argumentos em termos de como a HRE pode contribuir para a transformação social positiva e maior delegação de poderes pessoais.

Quase todos os especialistas neste campo ressaltam que a HRE não pode ser ensinada em um vácuo, mas deve basear-se fortemente nas realidades sociais, econômicas e políticas de uma sociedade. Isso é especialmente verdadeiro em países como a África do Sul, onde muitas pessoas enfrentam luta diária pela so-



Capa cortesia do Centro de Legislação do Pobreza do Sul

vivência. Michelle Parlevliet, que trabalha no Centro de Resolução de Conflitos em Cape Town, e Bheki Gumede, que é líder da Democracia para Todos em Durban, concederam entrevistas para o editor colaborador David Pitts. Eles discutem os problemas e complexidades de HRE no mundo em desenvolvimento, de forma geral, e na África do Sul, em particular.

Os Estados Unidos evidentemente não são uma nação em desenvolvimento, mas são um enorme país em área geográfica; uma mescla de culturas, raças e religiões. Em parte por esta razão, a HRE nos Estados Unidos é descentralizada. Muitas organizações não-governamentais, bem como autoridades locais, estão envolvidas na produção e disseminação de currículos de HRE. Como Nancy Flowers, ativista e educadora de direitos humanos, detalha neste artigo, o conjunto de programas e materiais curriculares é assombroso, mas dirigido a um propósito: fortalecer a cultura de direitos humanos do país.

O editor colaborador David Pitts amplia a contribuição da sra. Flowers com um artigo concentrado especificamente em duas organizações que, dentre suas várias outras missões, projetam currículos de HRE para escolas norte-americanas: o Centro de Legislação da Pobreza do Sul, com sede em Atlanta, Geórgia, que tem visão mais estreita de HRE ligada à promoção da tolerância, e o Centro de Educação Cívica, sediado em Los Angeles, Califórnia, que tem visão mais ampla de HRE como subconjunto da educação cívica.

Em nosso artigo de conclusão, Michael Hartmann, procurador internacional das Nações Unidas em Kosovo, examina os desafios pragmáticos envolvidos no treinamento de direitos humanos, abordando tópicos como preceitos e proibições de treinamento relevantes para o grupo desejado, como preparar programas de treinamento sobre direitos humanos e suposições básicas sobre audiências que deverão ou não ser feitas. Seu artigo enfatiza HRE com relação ao sistema de justiça criminal: detenção, prisão, investigação judicial e julgamento.

A publicação conclui com uma série de recursos de referência (livros, artigos e sites na Internet), que fornecem análises adicionais sobre educação para os direitos humanos.

Índice

questões de Democracia

Março de 2002

6

MODELOS EMERGENTES DE EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

Felisa Tibbitts, diretora de Associados para a Educação para os Direitos Humanos, discute como se pode ampliar a eficácia da educação para os direitos humanos.

15

A EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS EM NAÇÕES DIVERSAS EM DESENVOLVIMENTO. UM CASO EM DESTAQUE: ÁFRICA DO SUL

O editor colaborador David Pitts entrevista duas importantes especialistas em educação para os direitos humanos em Cape Town e Durban, que discutem a educação para os direitos humanos no contexto do mundo em desenvolvimento.

20

EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS NOS ESTADOS UNIDOS

Nancy Flowers, ativista e educadora de direitos humanos, detalha o amplo conjunto de organizações norte-americanas envolvidas na produção de currículos de HRE.

26

EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS DOS ESTADOS UNIDOS

O editor colaborador David Pitts examina duas importantes organizações que produzem materiais educativos para os direitos humanos para as escolas norte-americanas, uma com abordagem ampla para o assunto e a outra com visão mais restrita.

31

TREINAMENTO DE DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS

Michael Hartmann, procurador internacional das Nações Unidas em Kosovo responsável por crimes de guerra bem como outros casos naquele local, examina treinamento de direitos humanos, particularmente com relação ao sistema de justiça criminal.

41

BIBLIOGRAFIA

Livros e artigos sobre temas de educação para os direitos humanos.

46

SITES NA INTERNET

Sites na Internet que abordam temas de educação para os direitos humanos.

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS
QUESTÕES DE DEMOCRACIA
EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS
MARÇO DE 2002

EDITOR CHEFE	Judith Siegel	EDITORES COLABORADORES	Estelle Baird	CONSELHO EDITORIAL	George Clack
EDITOR GERENTE	Anthony W. Sariti		Mona Esquetini		Judith Siegel
EDITOR CONSULTOR	Wayne Hall		Stuart Gorin		Leonardo Williams
EDITOR DE TEXTOS/INTERNET	Deborah M.S. Brown		Laura Gould		
			Charla Hatton		
			John Jasik		
			David Pitts		
		ESPECIALISTAS DE REFERÊNCIA	Anita Green		
			Andrea McGlinchey		
		DIRETOR DE ARTE	Diane Woolverton		
		ASSISTENTE GRÁFICO	Sylvia Scott		

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos fornece produtos e serviços que expõem as políticas, sociedade e valores dos Estados Unidos para audiências estrangeiras. O Escritório edita cinco publicações eletrônicas que examinam questões importantes enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As publicações — *Perspectivas Econômicas*, *Questões Globais*, *Temas de Democracia*, *Agenda da Política Externa dos Estados Unidos* e *Sociedade e Valores dos Estados Unidos* — fornecem declarações de políticas norte-americanas, bem como análises, comentários e informações básicas em suas áreas temáticas. • Todas as edições aparecem em versões em idiomas inglês, francês, português e espanhol, com edições selecionadas sendo também publicadas em árabe e russo. As edições em língua inglesa são publicadas em intervalos aproximados de um mês. As versões traduzidas normalmente seguem-se ao original em inglês após duas a quatro semanas. • As opiniões expressas nas publicações não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo teor e contínua acessibilidade de sites na Internet relacionados ao presente; essa responsabilidade reside unicamente com os responsáveis por esses sites. • Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, exceto pelos artigos que incluem restrições explícitas de direitos autorais sobre esse uso. Usuários potenciais de fotos com crédito necessitam obter a liberação de uso junto à fonte mencionada. • Edições atuais ou anteriores das publicações podem ser encontradas na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no endereço: <http://usinfo.state.gov/journals/jourspa.htm>. • Elas são disponíveis em diversos formatos eletrônicos para possibilitar sua leitura online, transferência, download e impressão. • Envie seus comentários à sua Embaixada local dos Estados Unidos (a/c Setor de Diplomacia Pública) ou aos escritórios editoriais: Editor, *Questões de Democracia*, *Democracia e Direitos Humanos - IIP/IT/DHR*, Departamento de Estado dos Estados Unidos, 301 4th Street, S.W., Washington, D.C. 20547, Estados Unidos da América. • E-mail: ejdemos@pd.state.gov

Modelos Emergentes de Educação para os Direitos Humanos

Felisa Tibbitts

Nesta adaptação de um artigo preparado para International Review of Education (edição especial sobre Educação para os Direitos Humanos, 2002), Felisa Tibbitts, diretora de Associados para a Educação para os Direitos Humanos (HREA), examina como podemos aumentar a eficácia da educação para os direitos humanos (HRE). Ela apresenta três modelos operativos de educação para os direitos humanos: o Modelo de Valores e Consciência, Modelo de Responsabilidade e Modelo de Transformação. Cada um desses modelos é analisado de acordo com seus grupos-alvo, objetivos para os alunos e a contribuição pretendida para mudanças sociais. A sra. Tibbitts conclui descrevendo formas em que essa matéria possa ser mais desenvolvida, profissionalizada e reconhecida.

AO LONGO DOS últimos doze anos, a expressão "educação para os direitos humanos" (HRE) passou a fazer parte do vocabulário dos ministros da Educação, organizações educacionais sem fins lucrativos, organizações de direitos humanos e professores, sem mencionar agências governamentais, como as Nações Unidas e agências regionais, como o Conselho da Europa, Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Nancy Flowers, em "The Human Rights Education Handbook" (Manual de Educação para os Direitos Humanos), define HRE como "todo o aprendizado que desenvolva o conhecimento, técnicas e valores dos direitos humanos". A educação para os direitos humanos envolve a valorização e compreensão pelo estudante desses princípios, que sejam tipicamente "problemáticos" para aquela sociedade específica. Em nível nacional, podemos observar abordagens bastante dife-



Foto cortesia da sra. Tibbitts

Felisa Tibbitts

rentes para a utilização de HRE ao tratar de desafios disseminados de desenvolvimento e direitos humanos. Em países em desenvolvimento, por exemplo, HRE é frequentemente relacionado ao desenvolvimento econômico e comunitário, bem como direitos das mulheres. Em países autoritários ou pós-totalitários, a educação para os direitos humanos é comumente associada ao desenvolvimento da sociedade civil e das infra-estruturas relacionadas ao Estado de Direito e proteção de direitos individuais e minoritários. Em democracias mais antigas, ela é frequentemente associada de forma favorável à estrutura nacional de poder, mas adequada para a reforma em áreas específicas, tais como reforma penal, direitos humanos e questões de refugiados. A educação para os direitos humanos também parece estar desempenhando papel especializado nas sociedades pós-conflito.

Esses exemplos concentram-se em problemas e questões de direitos humanos em nível comunitário. A educação para os direitos

humanos envolve um misto de olhar para dentro e olhar para fora. O aprendizado dos direitos humanos concentra-se necessariamente no indivíduo; no conhecimento, valores e técnicas referentes à aplicação do sistema de valores de direitos humanos em relacionamentos interpessoais com os membros da família e da comunidade. Nancy Flowers e outros discutem algumas dessas técnicas de "desenvolvimento humano" que reconhecem os próprios preconceitos, aceitam as diferenças, assumem responsabilidade pela defesa dos direitos dos demais, bem como a mediação e resolução de conflitos em "The Human Rights Education Handbook" (Manual de Educação para os Direitos Humanos). Os organizadores de programas de educação para os direitos humanos necessitam também considerar o contexto social, cultural, político e econômico para o seu trabalho e o potencial que essa educação terá para transformações sociais.

Na realidade, a educação possui papel complexo e exigente a desempenhar no patrocínio dos direitos humanos, apoio ao desenvolvimento humano e promoção da sociedade civil. Para que a educação para os direitos humanos (e o exame dos direitos humanos) seja contribuição duradoura para a cultura dos direitos humanos em nossos respectivos países, necessitamos compreender verdadeiramente os modelos distintos desse tipo de educação que são encontrados na prática e esclarecer sua ligação com as estratégias de mudança social.

O tema deste artigo origina-se da atual proliferação dos programas de educação para os direitos humanos e a consciência de que os

educadores e defensores desses direitos (que lideram sessões de treinamento, desenvolvem materiais e projetam programas) poderão beneficiar-se ao reanalisarem a questão de como as estratégias de treinamento e educação podem contribuir para a transformação social. HRE refere-se, por fim, à ação para o estabelecimento da cultura de direitos humanos em nossas próprias comunidades e a programação deve ser avaliada em sua capacidade de contribuir para esse objetivo geral.

Educação e Defesa dos Direitos Humanos

Como a maioria das sociedades luta para incorporar melhor os princípios de direitos humanos, a educação para os direitos humanos indica educação que leva à sua defesa. Mas esta idéia é muito genérica.

Em termos de produção de mudanças sociais, a HRE necessitaria ser estrategicamente projetada para atingir e apoiar indivíduos e grupos que possam trabalhar rumo a esses objetivos. Com grupos-alvo específicos, por exemplo, HRE se relacionaria à seguinte estrutura de mudança social:

Incentivo e ampliação da liderança. A fim de causar mudança social, é necessário ter um grupo comprometido que não apenas possua visão mas que tenha consciência política. Esses líderes necessitarão de técnicas para o desenvolvimento de objetivos específicos e estratégias eficazes para o ambiente político e cultural em que residem.

Desenvolvimento de alianças e coalizões. A educação pode ser uma ferramenta de preparação de indivíduos para suas responsabilidades de liderança. O desenvolvimento de alianças e coalizões ajuda os ativistas de direitos humanos a reconhecerem como seus esforços mútuos podem ser bem sucedidos para atingir objetivos de mudança social.

Capacitação pessoal. O objetivo de capacitação pessoal dedica-se primeiramente à remediação, depois ao desenvolvimento comunitário e, em seguida, à transformação social. Estes objetivos duplos e inter-relacionados de capacitação pessoal e mudança social identificam a educação para os direitos humanos como únicos em comparação com outros programas educacionais tradicionais, como os descritos em "Strategizing for a Human Rights Movement in the U. S." (Estratégias para um Movimento pelos Direitos Humanos nos Estados Unidos), em co-autoria com Lyn B. Neylon em "Evaluation of Human Rights U.S. A." (Avaliação de Direitos Humanos nos Estados Unidos).

Esta estrutura diversa de mudança social é potencialmente complexa, mas a linguagem de descrição da educação para os direitos humanos é genérica. Sabemos que o teor do programa de HRE aborda minimamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UDHR), outros documentos importantes sobre direitos humanos relacionados e sistemas de monitoramento e responsabilidade. Um ponto importante é que, embora a educação para os direitos humanos tenha se movido para além da simples difusão de informações sobre legislação de direitos humanos, estes instrumentos (e os mecanismos de proteção relacionados) permanecem centrais para qualquer programa.

Sem referência a esses mecanismos ou instruções sobre seu uso, a educação para os direitos humanos tem dificuldade em distinguir-se de outras disciplinas, como educação para a paz ou educação global.

A programação de HRE também envolve abordagem educacional interativa. A linguagem de HRE fala de ser relevante para a vida diária e empregar metodologias que engajem os participantes em técnicas de postura, bem como o desenvolvimento de conhecimento. A abordagem participativa é considerada motivadora, humanizante e, por fim, prática, já que esta forma de aprendizado é mais fortemente ligada a mudanças de postura ou comportamento que à abordagem puramente através de palestras.

Modelos Emergentes de HRE

Os modelos representam estrutura idealizada para a compreensão da prática contemporânea da educação para os direitos humanos. O raciocínio de cada modelo é implicitamente ligado a grupos-alvo específicos e estratégia para o desenvolvimento humano e mudanças sociais. Devido à natureza abstrata dos modelos abaixo, eles necessariamente não incluem detalhes e profundidade. Não há distinção, por exemplo, entre abordagens educacionais formais, não formais e informais. O objetivo da apresentação desses modelos, entretanto, é começar a classificar os tipos de práticas de HRE que encontramos nessa matéria, reanalisar sua lógica interna de programas e esclarecer sua ligação externa com a transformação social.

Os modelos discretos de educação para os

direitos humanos aqui apresentados podem ser compilados em uma versão adaptada da "pirâmide do aprendizado". Na base da pirâmide, encontraríamos os "valores e modelos de conscientização", no meio o "modelo de responsabilidade" e, no topo, o "modelo de transformação".

A colocação desses modelos de HRE nessas posições reflete não apenas o tamanho das populações desejadas com que cada uma lida (desde educar o público em geral até a criação de novos defensores), mas também o grau de dificuldade de cada um dos programas educacionais. Os programas de educação pública de massa são sobre a disseminação da programação, enquanto a criação e estabelecimento de capacidades de ativistas exigem compromissos de longo prazo mais complexos e recíprocos entre todos os envolvidos. Todos os níveis são de reforço mútuo, mas certos modelos são obviamente mais essenciais para a promoção de mudanças sociais, dependendo da posição de um movimento de direitos humanos em uma comunidade específica. Um programa de reforma social necessita de forte liderança concentrada na reforma legal e institucional. Qualquer movimento necessita também, entretanto, de apoio básico, em que o foco recai sobre os suportes comunitários e individuais.

Ao projetar sua programação, portanto, os educadores de direitos humanos necessitam considerar tanto a necessidade como a oportunidade. O educador pode decidir pela implementação de um programa baseado unicamente nos seus valores pessoais, experiências, recursos e posição na sociedade. O educador poderá também considerar, entretanto, como o progra-

ma educacional com implementação planejada refere-se aos modelos de HRE introduzidos neste artigo e qual a possibilidade do programa apoiar um movimento rumo a uma cultura de direitos humanos realizada de forma mais completa na comunidade ou sociedade específica.

Modelo I —

Valores e Conscientização

No "modelo de valores e conscientização", o foco principal da educação para os direitos humanos é a transmissão de conhecimento básico de questões de direitos humanos e o incentivo à sua integração em valores públicos. As campanhas de conscientização da educação pública e o currículo escolar encontram-se tipicamente nesta esfera. Não é incomum que os currículos escolares que incluem direitos humanos sejam ligados a valores e práticas democráticas fundamentais.

O objetivo é pavimentar o caminho para um mundo que respeite os direitos humanos através de conscientização e comprometimento com os objetivos normativos dispostos na Declaração Universal e outros documentos importantes. Tópicos de direitos humanos que se aplicariam a este modelo incluem um histórico dos direitos humanos, informações sobre instrumentos fundamentais de direitos humanos, mecanismos de proteção e preocupações com direitos humanos internacionais (por exemplo, trabalho infantil, tráfico e genocídio). A estratégia pedagógica fundamental é o engajamento: para atrair o interesse do participante. Estes métodos podem ser muito criativos (ao utilizar-se, por exemplo, campanhas nos

meios de comunicação ou educação popular nas ruas), mas pode também desenvolver-se em uma abordagem orientada para palestras. Este modelo, entretanto, coloca relativamente pouca ênfase no desenvolvimento de estratégias, como as relacionadas a comunicações, resolução de conflitos e ativismo.

A estratégia implícita é que o suporte de massa para os direitos humanos continuará a exercer pressão sobre as autoridades para proteger esses direitos. Essa abordagem também incentiva tipicamente o pensamento crítico e a capacidade de aplicação de uma estrutura de direitos humanos ao analisar questões políticas. Desta forma, os estudantes tornam-se "consumidores críticos" de direitos humanos.

Não está claro se a abordagem de conhecimento e conscientização cria uma "consciência crítica de direitos humanos", embora isso presumivelmente fosse um objetivo desse programa. A consciência crítica sobre direitos humanos poderá ter os seguintes critérios, conforme descrito no artigo "Human Rights Education as Empowerment: Reflections on Pedagogy" (A Educação para os Direitos Humanos como Capacitação: Reflexões sobre Pedagogia), de Garth Meintjes, em "Human Rights Education for the Twenty-First Century" (Educação para os Direitos Humanos no Século XXI):

○ capacidade dos estudantes em reconhecerem as dimensões dos direitos humanos e seu relacionamento com um exercício orientado a um dado conflito ou problema;

○ expressão de conscientização e preocupação sobre seu papel na proteção ou promoção desses direitos;

○ avaliação crítica das reações potenciais que podem ser oferecidas;

○ tentativa de identificação ou criação de novas reações;

○ julgamento ou decisão sobre qual escolha é a mais apropriada; e

○ expressão de confiança e reconhecimento da responsabilidade e influência tanto na decisão como em seu impacto.

Alguns exemplos do modelo de valores e conscientização incluem lições relacionadas com direitos humanos em classes de educação relativas à cidadania, história, ciência social e direito nas escolas e inserção de temas relacionados aos direitos humanos em programas formais e informais de juventude (por exemplo, o Dia dos Direitos Humanos, clubes de debate). Campanhas de conscientização pública que envolvam arte pública e publicidade, cobertura dos meios de comunicação e eventos comunitários podem também ser classificadas com base neste modelo.

Modelo 2 —

Responsabilidade

Com base no "modelo de responsabilidade", já se espera que os participantes sejam direta ou indiretamente associados à garantia dos direitos humanos através dos seus papéis profissionais. Neste grupo, HRE concentra-se nas formas em que as responsabilidades profissionais envolvem diretamente o monitoramento das violações de direitos humanos e sua defesa junto às autoridades necessárias, ou a tomada

de cuidados especiais para proteger os direitos das pessoas (especialmente populações vulneráveis) sobre as quais possuem alguma responsabilidade.

Neste modelo, a concepção de toda a programação educacional é que os participantes serão diretamente envolvidos na proteção de direitos individuais e de grupos. A ameaça de violação de direitos é considerada, portanto, inerente ao seu trabalho. Para os defensores, o desafio é a compreensão da legislação de direitos humanos, mecanismos de proteção e técnicas de "lobby" e defesa. Para outros grupos profissionais, os programas educacionais os sensibilizam sobre a natureza das violações de direitos humanos e potencialidades em seu papel profissional, não apenas para evitar abusos, mas também para promover o respeito pela dignidade humana. Tópicos e treinamento de direitos humanos são elaborados tendo em mente essas áreas especializadas e os resultados são elaborados tendo em mente o conteúdo, bem como o desenvolvimento de técnicas.

Exemplos de programas que se enquadram no modelo de responsabilidade são o treinamento de ativistas comunitários e de direitos humanos em técnicas de monitoramento e documentação de abusos dos direitos humanos e procedimentos de registro de sofrimentos junto a organismos nacionais e internacionais apropriados. Também se encontram nesta classificação os treinamentos antes e durante o serviço para advogados, promotores, juízes, policiais e militares, que podem incluir informações sobre a legislação constitucional e internacional relevante, códigos de conduta profissional, meca-

nismos de supervisão e queixas e conseqüências das violações. Grupos profissionais, tais como trabalhadores de saúde e serviço social, jornalistas e outros membros dos meios de comunicação, são os destinatários da programação de HRE dirigida à responsabilidade.

Dentro do modelo de responsabilidade, mudanças pessoais não são um objetivo explícito, por considerar-se que a responsabilidade profissional é suficiente para o indivíduo que possui interesse pela aplicação de uma estrutura de direitos humanos. O modelo possui, entretanto, o objetivo de normas e práticas baseadas estruturalmente e legalmente garantidas com relação aos direitos humanos. É pressuposto deste modelo que a mudança social é necessária e que podem ser identificados objetivos nacionais, regionais e comunitários para a reforma.

Modelo 3 —

Transformação

No "modelo de transformação", a programação de HRE é estruturada para a capacitação do indivíduo para reconhecer abusos de direitos humanos e comprometer-se com a sua prevenção. Em alguns casos, comunidades inteiras (não apenas o indivíduo) são tratadas como audiência desejada. Este modelo envolve técnicas (baseadas parcialmente na psicologia do desenvolvimento) que envolvem auto-reflexo e suporte na comunidade. O foco normal sobre direitos humanos é, entretanto, apenas um componente deste modelo. O programa completo pode também incluir desenvolvimento de lideranças, treinamento para resolução de conflitos, treinamento vocacional, sociedade informal e trabalhista.

O modelo de transformação considera que os alunos tiveram experiências pessoais que podem ser consideradas violações dos direitos humanos (o programa pode ajudar nesse reconhecimento) e que estão, portanto, pré-dispostos a tornar-se promotores dos direitos humanos. Ele trata os indivíduos de forma mais holística, sendo, portanto, mais desafiador em seu projeto e aplicação.

Este modelo pode ser encontrado em programas em operação em campos de refugiados, em sociedades pós-conflito, com vítimas de abusos domésticos e com grupos que atendem aos pobres. Estes são exemplos de "comunidades de direitos humanos", em que os organismos governantes, grupos locais e cidadãos "examinam crenças tradicionais, memória coletiva e aspirações com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos", como os apoiados pela Década das Nações Unidas para Educação para os Direitos Humanos, que foi oficialmente proclamada de 1995 a 2004.

Em alguns casos, este modelo pode ser encontrado em ambientes escolares, onde um estudo específico abrangente sobre uma violação aos direitos humanos (como o Holocausto e o genocídio) pode servir de catalisador eficaz para o exame de violações dos direitos humanos. Em alguns programas sofisticados, solicita-se aos estudantes que considerem de que formas que eles e outros foram vítimas e executores dos abusos de direitos humanos, de forma a utilizar técnicas psicológicas para superar a mentalidade de "nós" contra "eles" e aumentar a consciência da responsabilidade pessoal. Os formandos desses programas são posicionados para reconhecerem e protegerem seus próprios direitos e os dos outros com os quais entrem em contato.

Caso as escolas prefiram fazê-lo, os currículos de HRE poderão abordar a participação na tomada de decisões familiares; respeito pelos pais, mas rejeição da violência familiar; e igualdade entre os pais dentro de casa.

Fortalecimento do Campo de Educação para os Direitos Humanos

Este artigo concentrou-se na elaboração dos modelos de educação para os direitos humanos como ferramenta para a classificação de programas educacionais, definição dos seus grupos-alvo e solicitação de exame da sua ligação com o objetivo geral de desenvolvimento humano e mudança social. Espera-se que esses modelos sirvam para projetos de programas bem estudados, bem como para trabalhos adicionais na área de pesquisa e desenvolvimento teórico.

Existem, entretanto, outras formas pelas quais os educadores de direitos humanos podem adotar medidas para programação adicional. Caso a educação para os direitos humanos deva tornar-se uma disciplina genuína, temos o desafio de nos tornar mais abrangentes (mesmo dentre nossa diversidade de modelos), únicos (oferecendo valores e resultados que outros programas educacionais não podem oferecer) e sermos capazes de nos reproduzir.

Para que a educação para os direitos humanos torne-se mais qualificada como campo, existem diversas áreas que necessitamos começar a revisar, analisar e documentar.

1. Necessitamos de exemplos detalhados no campo de HRE que ilustrem o uso cuidadoso da teoria de aprendizado apropriada ao contexto do programa. Os programas de educação de adultos, por exemplo, deverão ter projetos (não apenas agendas de treinamento) que considerem o processo de aprendizado de participantes adultos. Os programas escolares deverão ser apropriados à idade e ao desenvolvimento. Os programas projetados para populações especiais, como refugiados ou vítimas de abuso, deverão também refletir a sensibilidade necessária.

2. Embora o número total de cursos e treinamentos de HRE tenha aumentado, ainda não há um padrão claro e objetivo para o que constitui um treinador qualificado de educação para os direitos humanos. No momento, cursos de educação para os direitos humanos são liderados pelos que detêm algum tipo de experiência anterior de treinamento. Não há, entretanto, nenhum certificado nacional ou internacional para esclarecer ou demonstrar a competência desses educadores; nem há padrões claros para estudo ou prática. Os padrões curriculares e de treinamento poderão estender a posição de HRE como disciplina legítima e também lançar conversas saudáveis sobre objetivos dos estudantes e esforços de mudança estratégica.

3. O campo de educação para os direitos humanos necessita de evidências de haver atingido seus objetivos com sucesso, para todos os modelos. Necessitamos aprender quais programas foram bem sucedidos e por quê. Caso os modelos propostos neste artigo tenham qualquer credibilidade, eles podem ser testados e esclarecidos através da avaliação de programas.

Estes estudos avaliariam os programas tanto com base no atingimento de objetivos nas áreas de conhecimento, valores e técnicas (conforme apropriado) e também com base em contribuição direta à defesa e mudança social. Essa pesquisa poderá não apenas aumentar a qualidade da programação educacional, mas ajudar a substanciar o que agora é principalmente intuição sobre a importância da educação no campo dos direitos humanos.

A educação sobre direitos humanos detém a perspectiva de evolução em uma disciplina completa, tanto em direitos humanos como em educação. No seu estado atual, é uma coleção de programas interessantes e discretos. Os modelos idealizados descritos aqui são importantes por trazerem consigo estratégias distintas para ajudar a compreender culturas de direitos humanos em nossas comunidades e países. Podemos provavelmente concordar que desejaríamos todos os três modelos representados em cada uma das nossas sociedades, pois elas se complementam para promover infra-estrutura dinâmica de direitos humanos. Entretanto, como educadores individuais, necessitamos tomar decisões conscientes sobre onde investir nossas energias e ser proativos na criação dessas oportunidades em nossas sociedades. A reflexão sobre esses modelos pode ajudar nesse processo.

Estamos em uma época estimulante de maior consciência pública e interesse pelos direitos humanos. Não devemos perder a oportunidade de ajudar a fazer da educação sobre direitos humanos uma abordagem crítica de exame e construção das nossas sociedades.

Questões de Democracia, Volume 7, Número 1, Março de 2002

A Educação para os Direitos Humanos em Nações Diversas em Desenvolvimento. Um Caso em Destaque: África Do Sul

David Pitts

Para ser bem sucedida em nações diversas em desenvolvimento, a educação para os direitos humanos deverá idealmente ser ligada à promoção da tolerância, resolução de conflitos e solução de problemas, baseando-se na realidade do ambiente local. Esta visão, predominante entre os especialistas em educação para os direitos humanos, aplica-se particularmente às novas democracias, como a África do Sul. O editor colaborador David Pitts falou recentemente na África do Sul com Michelle Parlevliet e Bheki Gumede, dois defensores da educação para os direitos humanos, e detalha suas opiniões no artigo a seguir. A sra. Parlevliet trabalha no Centro de Resolução de Conflitos na Cidade do Cabo e o Sr. Bheki Gumede é líder da Democracia para Todos em Durban.

PARA SER BEM sucedida, a educação para os direitos humanos (HRE) deve ser parte de um programa total que englobe a resolução de conflitos e a promoção da tolerância, especialmente em nações diversas como a África do Sul, de acordo com Michelle Parlevliet, especialista em direitos humanos e administração de conflitos no Centro para a Resolução de Conflitos, uma das principais organizações não-governamentais (ongs) da África do Sul. Ela é sediada na Cidade do Cabo, na Província do Cabo Ocidental.

No mundo real, afirma Parlevliet, "você não pode apenas anunciar os princípios dos direitos humanos e esperar que as pessoas os adotem. Você precisa relacioná-los às culturas locais e como eles ajudarão a trazer maior tolerância, igualdade e integridade entre pessoas de antecedentes diversos com interesses diferentes. Os direitos humanos e a resolução de conflitos estão conectados", ela acrescenta. "A curto prazo, conflitos violentos e destrutivos



Foto cortesia da sra. Parlevliet

Michelle Parlevliet

podem gerar violações dos direitos humanos. A longo prazo, a negação contínua dos direitos humanos pode gerar conflitos. É uma relação direta."

Como isso funciona na prática no contexto sul-africano? Parlevliet cita o exemplo de cidadãos estrangeiros que vivem em um distrito fora da Cidade do Cabo que recentemente foram expulsos de suas casas por moradores antigos. "Este é um exemplo perfeito de como a educação para os direitos humanos e a resolução de conflitos convergem entre si", afirma ela. Não é apenas uma questão de educação das pessoas sobre seus direitos, mas também de adoção de medidas ativas para solucionar o conflito que gerou diretamente o abuso de direitos. HRE não deve ser abordada em vácuo, mas com direta aplicação ao ambiente local. Tipicamente, em países em desenvolvimento, existem problemas muito reais e interesses conflitantes que levam ao abuso de direitos, afirma ela.

A educação para os direitos humanos não funciona em comunidades repletas de conflito, a menos que seja parte de uma abordagem abrangente, prossegue Parlevliet. "De fato, essa educação pode ser contraproducente e levar a maiores conflitos caso as pessoas tenham conhecimento de direitos que não são realizados. Neste particular, a educação para os direitos humanos pode aumentar o potencial de conflito." É nesse sentido, ela acrescenta, que "a educação para os direitos humanos e a resolução de conflitos estão conectadas", observando que é particularmente significativa nos distritos, onde existem muitos conflitos "relativos a questões de desenvolvimento".

Parlevliet acredita que "através da ligação da educação para os direitos humanos e resolução de conflitos, podemos também trabalhar para abordar as causas estruturais de conflitos e estabelecer relações entre as partes". Ela afirma que "a experiência com conflitos intra-Estados na África indica que ambos deverão ser considerados se desejarmos lidar com conflitos de maneira eficaz". Também é importante, ela acrescenta, desenvolver a capacitação local "para auxiliar as comunidades locais a perceberem o que elas podem fazer por si próprias para solucionar seus próprios problemas e realizar os seus direitos".

Parlevliet vem conduzindo seminários de treinamento sobre direitos humanos e gerenciamento de conflitos na África do Sul e em outros países africanos desde logo após unir-se ao Centro de Resolução de Conflitos, há mais de dois anos. Ela trabalhou anteriormente na Comissão de Verdade e Reconciliação do país. Dentre os outros programas oferecidos pelo Centro, encontram-se:



Foto cortesia do sr. Gumede

Bheki Gumede

○ Projeto de Serviços de Mediação e Treinamento, que atua como terceiro mediador independente ou promotor, mediante solicitação das partes em conflito. Ela opera principalmente nas províncias do Cabo Ocidental e Estado Livre.

○ Projeto Governamental Sênior, que conduz treinamento para autoridades governamentais de alto nível de toda a África Central e do Sul com vistas ao gerenciamento de conflitos inter e intra-Estados.

○ Programa de Treinamento Policial, que treina policiais na África do Sul, Zimbábue e Namíbia no gerenciamento de conflitos, diversidade multicultural e diversidade multilingüística no contexto de respeito aos direitos humanos; e

○ Projeto de Transformação das Prisões, que treina guardas carcerários e prisioneiros em técnicas não violentas de resolução de conflitos.

O Centro de Resolução de Conflitos foi fundado pela Universidade da Cidade do Cabo em 1968 como organização independente e sem fins lucrativos. Embora seja sediado no Cabo Ocidental, ele trabalha em nível nacional e em outros locais do continente, especialmente na África Central e do Sul, para cumprir sua missão. Os doadores incluem a Fundação Ford, a Fundação MacArthur, uma série de importantes fontes de financiamento na Europa Ocidental e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Democracia para Todos é um programa que foi introduzido em 1994 pelo Centro de Estudos Sócio-Legais da Universidade de Natal, na província sul-africana de KwaZulu Natal. Bheki Gumede, coordenador do programa, concorda com Michelle Parlevliet que a educação para os direitos humanos deve ser baseada na realidade, particularmente no mundo em desenvolvimento. Democracia para Todos é um dos principais grupos ativos no projeto de currículos de HRE para as escolas públicas sul-africanas.

"É agora parte de um programa nacional de Democracia, Direitos Humanos e Educação Legal destinado à promoção de uma cultura de democracia e direitos humanos no país", afirma Gumede, esforço que é particularmente importante em democracias novas como a África do Sul.

O papel de Democracia para Todos é dividido em três partes:

○ Desenvolver materiais sobre democracia e direitos humanos para alunos e professores, alinhados com o novo sistema educacional com base em resultados. Esse esforço está atualmente em andamento - com materiais da sétima série já completados.

○ Coordenar programas de treinamento de professores em educação para os direitos humanos e democracia. Isso está ocorrendo em escala nacional com professores atuantes e estudantes de educação antes de começarem a trabalhar.

○ Participar com os corpos geradores de padrões no desenvolvimento e registro de qualificações de educação para os direitos humanos e democracia com a Autoridade Sul-Africana de Qualificações .

"O tipo de esforço prático que é necessário", afirma Gumede, "indica que você precisa considerar os antecedentes que muitas crianças trazem para a escola." Por exemplo, "muitas crianças vêm para a escola com fome e enfrentam todo tipo de problemas em casa e nas suas comunidades. Os professores muitas vezes necessitam desempenhar uma série de papéis, incluindo, em muitos casos, o de pai substituto. Os materiais [de educação para os direitos humanos] deve considerar essas realidades diárias."

Gumede também afirma que, na sua opinião, para serem bem sucedidos, os materiais de educação para a democracia e direitos humanos deverão ser projetados para permear todo o currículo escolar e "não ser confinados a uma matéria específica". Além do seu trabalho para as escolas, Democracia para Todos organiza seminários para a comunidade em geral,

"empregando peças teatrais, testes de simulação e debates" para exemplificar situações concretas enfrentadas pelos cidadãos na nova África do Sul democrática.

A ênfase é no desenvolvimento das técnicas de pensamento crítico, debate e raciocínio, prossegue Gumede, a fim de "promover a participação dos cidadãos, práticas democráticas e comprometimento com direitos humanos". Típico do tipo de materiais interativos que foram desenvolvidos é o "Jogo Desafio da Democracia", que testa o conhecimento da Declaração de Direitos e da Constituição da África do Sul. A introdução do jogo incentiva os participantes a "tomarem para si o desafio e descobrirem o quanto são democráticos".

Democracia para Todos é a consequência natural de um programa popular conhecido como "Direito da Rua", que é um programa de educação participativa sobre direitos humanos, políticos e legais. Além do seu trabalho de desenvolvimento de currículos de educação para a democracia e direitos humanos e seminários comunitários, Democracia para Todos também publica uma revista mensal, "Democracy Watch", que apresenta artigos sobre democracia, educação para os direitos humanos e participação dos cidadãos. Gumede, que se uniu a Democracia para Todos como voluntário em 1995, é mais contundente ao ressaltar que a educação para os direitos humanos e, na verdade, toda a educação no mundo em desenvolvimento, deve basear-se no ambiente real em que vivem os estudantes e seus pais.

O Centro de Estudos Sócio-Legais da Universidade de Natal (Durban), na Província de

KwaZulu Natal, é o escritório nacional do programa Democracia para Todos, que possui coordenadores em universidades em toda a África do Sul. Existem atualmente sete outros escritórios provinciais da Democracia para Todos no Cabo Oriental, Cabo Ocidental, Estado Livre, Gauteng, Noroeste, Mpumalanga e na Província do Norte. Democracia para Todos é basicamente financiada pela USAID.

Questões de Democracia, Volume 7, Número 1, Março de 2002

Educação para os Direitos Humanos nos Estados Unidos

Nancy Flowers

Nos Estados Unidos, a educação para os direitos humanos é descentralizada. Ampla série de organizações está envolvida no esforço para educar cidadãos, produzindo assombrosa diversidade de programas e materiais de currículo. No artigo a seguir, Nancy Flowers, ativista e educadora de direitos humanos, co-fundadora da organização Direitos Humanos, Estados Unidos, descreve a abordagem norte-americana.

PARE QUALQUER PESSOA nas ruas de qualquer grande cidade pelo mundo e pergunte: "Quais são os seus direitos humanos?" Não importa qual a idade, local ou circunstâncias sociais; a chance é de que poucas pessoas terão uma idéia precisa. O mal é que a maior parte das pessoas continua funcionalmente ignorante sobre os direitos humanos.

O sistema de educação pública em cada Estado dos Estados Unidos requer que todo formando de segundo grau tenha boa compreensão dos seus direitos civis e constitucionais. A maioria das pessoas tem, entretanto, apenas uma vaga noção dos seus direitos humanos refletidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (UDHR) adotada em 1948 pelas Nações Unidas, especialmente sua garantia de direitos sociais e econômicos. O preenchimento dessa lacuna de compreensão é o foco da educação para os direitos humanos nos Estados Unidos.



Foto cortesia da sra. Flowers

Nancy Flowers

Quarenta por cento dos Estados já incluem direitos humanos nos seus padrões estaduais de educação, de acordo com pesquisa do Prof. Dennis N. Banks da Universidade do Estado de Nova York em Oneonta (<http://hrusa.org/hrmaterials/draftsurvey2001.htm>). Nesses padrões, os direitos humanos estão freqüentemente relacionados a tópicos tais como o Holocausto, escravidão, genocídio, cidadania, valores democráticos, paz, resolução de conflitos e questões atuais. Segundo o professor Banks, "os direitos humanos estão entrando no currículo padrão professor a professor. Ainda não é parte da rede de atribuição nacional, mas existe crescente reconhecimento da necessidade da educação para os direitos humanos".

Educação para os Direitos Humanos e Sociedade Civil

Embora a educação para os direitos humanos (HRE) ainda necessite ser ativamente

promovida por instituições educacionais estaduais, ela está florescendo na sociedade civil dos Estados Unidos. Organizações profissionais, como o Conselho Nacional de Estudos Sociais e os principais sindicatos de professores, reconheceram oficialmente sua importância e incluem apresentações sobre direitos humanos em suas conferências e artigos em suas publicações.

As principais organizações nacionais incorporaram os direitos humanos em seus programas educacionais. A publicação "Update on Law-Related Education" (Novidades sobre a Educação Relativa ao Direito), da Ordem dos Advogados dos Estados Unidos, por exemplo, dedicou edições especiais aos direitos humanos. Street Law, Inc., que promove a educação dos cidadãos sobre Direito, integrou recentemente direitos humanos em todo o seu trabalho e publicou importante texto escolar secundário, "Human Rights for All" (Direitos Humanos para Todos).

Organizações educacionais que tradicionalmente se concentraram na tolerância e resolução de conflitos estão cada vez mais adicionando um componente de direitos humanos ao seu trabalho. Enfrentando a História e a Nós Mesmos, por exemplo, organização educacional e de ensino nacional, que luta para combater a discriminação através do entendimento dos fatores políticos e humanos que causaram eventos mundiais como o Holocausto, agora busca adicionar perspectiva de direitos humanos ao seu currículo. O mesmo ocorre em organizações que promovem estudos globais, educação para a paz e educação de valores, bem como grupos de jovens como as Meninas Sentinelas, que

agora oferecem crachá de serviço em direitos humanos.

As organizações que educam sobre temas especializados também começaram a produzir currículo de direitos humanos. A Comissão Feminina para Mulheres e Crianças Refugiadas e o Comitê Norte-Americano de Refugiados, por exemplo, produziram importantes materiais didáticos para escolas. O Centro de Recursos das Mulheres de Cor de Berkeley, Califórnia, Estados Unidos, desenvolveu "Women's Education in the Global Economy" (A Educação das Mulheres na Economia Global), manual de atividades de aprendizado, que aborda a globalização em termos de direitos humanos. A Rede de Sobreviventes de Minas Terrestres está desenvolvendo um currículo sobre os direitos humanos de pessoas com deficiências.

Nem todos esses esforços originam-se de grupos nacionais com grandes orçamentos e equipes. Existe um número crescente de organizações educacionais de direitos humanos de base que trabalham em um único Estado ou comunidade, muitas vezes com pessoal voluntário. Típicas destas são o Instituto de Direitos Humanos do Havaí, que oferece um programa de verão anual para os professores, e o Centro de Direitos Humanos de Idaho. Fundado pelo advogado ativista Les Bock em 1996, o Centro de Direitos Humanos de Idaho trabalha em colaboração com o Departamento de Educação de Idaho e outras agências estaduais para aumentar a consciência pública sobre direitos humanos. Típico dos seus esforços foi a recente apresentação da história dos direitos humanos em Idaho no Museu Histórico de Idaho, que será repetida para classes escolares.

A criatividade e energia dessas organizações não-governamentais podem ser ilustradas pela abundância e qualidade das suas reações aos ataques terroristas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Em questão de semanas, o Programa de Educação da Anistia Internacional Estados Unidos havia publicado o Guia de Reação à Crise de 11 de Setembro, currículo para primeiro e segundo graus que aborda essas questões da perspectiva dos direitos humanos e legislação humanitária, oferecendo idéias para a tomada de ações responsáveis. A Fundação de Direitos Constitucionais produziu uma série de lições desafiadoras, levantando questões que colocam os eventos em contexto de direitos humanos, como "Precisamos de um Tribunal Criminal Internacional?" e "O Que é Terrorismo?"

Diversas organizações, como o Fórum Norte-Americano para a Educação Global; Educadores para Responsabilidade Social, Ensino para Mudança e o Centro de Desenvolvimento da Educação ofereceram recursos para que os educadores enfrentem a discriminação e injustiça contra árabes americanos, muçulmanos e outras minorias. Outros grupos, como Educação Fonte Global, em Seattle, Washington, e o Projeto Literário da Área da Baía, em Berkeley, Califórnia, organizaram rapidamente seminários e oficinas de professores com ênfase nos direitos humanos.

Educação para os Direitos Humanos em Nível Universitário

A maior parte dos ativistas de direitos humanos academicamente treinados estudou em faculdades de Direito, onde se concentraram em Direito Internacional. Uma série de instituições norte-americanas oferece, entretanto, graus mais altos em disciplinas relativas aos direitos humanos. O Centro da Universidade de Colúmbia para o Estudo dos Direitos Humanos, por exemplo, possui um programa de graduação que combina o estudo dos direitos humanos com outras disciplinas, tais como educação, saúde pública, trabalho social ou questões públicas e internacionais. Programas abrangentes similares existem em muitas universidades, incluindo a Universidade Notre Dame, Universidade de Maryland e Universidade Norte-Americana. Outras universidades oferecem programas de graduação especializados, como o programa de direitos humanos da Faculdade de Saúde Pública de Harvard. Outros, como o Centro Orville H. Schell Jr. de Direitos Humanos Internacionais da Universidade de Yale e o Instituto Harvard de Direitos Humanos mantêm institutos de pesquisa para o estudo de direitos humanos.

Da mesma forma que as organizações educacionais tradicionais ampliaram seu escopo para incluir direitos humanos, os programas universitários de direitos humanos foram expandidos para cuidar de educação primária e secundária. O Centro de Direitos Humanos da Universidade de Minnesota criou um Centro de Pesquisa de Direitos

Humanos que serve de depositário nacional de materiais de educação para os direitos humanos. Ele trabalha diretamente em escolas com seus parceiros em programas de educação para os direitos humanos e, através da sua Série Educação para os Direitos Humanos, tornou-se importante editor de materiais curriculares nesse campo. A série de Estudos de Direitos Humanos da Universidade da Pensilvânia também publicou trabalhos significativos em educação para os direitos humanos, incluindo "Human Rights Education for the Twenty-first Century" (Educação para os Direitos Humanos para o Século XXI) (ed. Andreopoulos e Claude) e "Educating for Human Dignity" (Educação para a Dignidade Humana), de Betty Reardon.

Educação para os Direitos Humanos no Setor Não Formal

Os esforços de educação de direitos humanos da parte da sociedade civil não se limitam à educação formal. De fato, parte da educação para os direitos humanos mais eficaz dos Estados Unidos destina-se ao setor informal, atingindo jovens e adultos, especialmente aqueles em grupos marginalizados. Esses grupos compartilham o objetivo de educação das pessoas sobre seus direitos humanos, para que possam reivindicá-los, promovê-los e defendê-los. Para todos os educadores de direitos humanos que trabalham no setor não formal, essa ligação entre o aprendizado e a ação é essencial.

Dentre os mais dinâmicos desses grupos, encontra-se o Centro Nacional de Educação para os Direitos Humanos (NCHRE) em

Atlanta, Geórgia, que luta para estabelecer um movimento de direitos humanos nos Estados Unidos através do treinamento de líderes comunitários e ativistas estudantis para aplicar padrões de direitos humanos a questões de injustiça. O NCHRE concentra-se em direitos sociais e econômicos, especialmente organizações comunitárias educacionais relacionadas com o movimento anti-pobreza/pelos direitos de bem-estar social. Esses grupos diversos, como a Coalizão dos Cidadãos da Geórgia contra a Fome; o Projeto de Discriminação de Moradias de Holyoke, Massachussets; a Coalizão de Direitos de Fronteira de El Paso, Texas; e os Norte-Americanos para os Direitos Humanos de Fargo, Dakota do Norte, participaram de cursos sobre as bases dos direitos humanos, bem como seminários estratégicos avançados que lhes permitem defender seus direitos. Inspirados pelo treinamento de NCHRE, os ativistas que trabalham com uma série de questões (combate ao racismo, homofobia, pobreza e discriminação contra pessoas com deficiências, promoção dos direitos das mulheres, proteção do meio ambiente e defesa dos direitos reprodutivos) identificam-se agora como parte do movimento global de direitos humanos. Como fundadora e diretora executiva, Loretta Ross observa que, "como ensinar os escravos a ler na América do século XIX, o ensino dos direitos humanos na América do século XXI é um ato de longo alcance que oferece rica visão das possibilidades humanas. A educação para os direitos humanos nos treina em uma nova forma de relacionamento uns com os outros (não através de oposição), mas através da nossa união para o bem do nosso destino mútuo".

O Instituto das Mulheres para o Desenvolvimento de Lideranças (WILD) de São Fran-

cisco, Califórnia, também educa sobre direitos humanos, a fim de atender questões sociais nos Estados Unidos, especialmente discriminação sexual, racial e outras com base em identidade. Em 1997, por exemplo, o WILD liderou uma campanha local de defesa e educação para fazer com que a administração da cidade de São Francisco implementasse a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). A partir da educação dos ativistas locais, o WILD promoveu treinamentos de direitos humanos para uma série de organizações que trabalham para mulheres e meninas, organizando então uma audiência perante o Conselho de Supervisores de São Francisco sobre a discriminação contra mulheres e meninas nas áreas da saúde, violência e justiça econômica. Como resultado desta audiência, São Francisco aprovou regulamentação adotando a CEDAW como lei municipal. O WILD também possui extenso programa de juventude, que treina jovens mulheres sobre técnicas de liderança, defesa e direitos humanos.

Também utilizando a estrutura de direitos humanos para promover os direitos das mulheres, encontra-se a Rede de Direitos das Mulheres (WRN) de Boston, Massachusetts. A WRN treina ativistas locais que trabalham sobre questões de violência doméstica e abuso sexual para fortalecerem sua capacidade técnica de condução de investigação, análise e defesa dos direitos humanos.

Em várias comunidades em todo o país, organizações religiosas também trabalham para educar sobre direitos humanos. Para citar apenas alguns exemplos:

○ O programa Mundo de Diferenças, desenvolvido pela Liga Antidifamatória de B'nai B'rith, encontra-se entre os materiais mais utilizados para o estabelecimento de tolerância e respeito pela diversidade.

○ O Comitê de Serviço Universalista Unitário produziu um programa de treinamento e manual amplamente utilizado sobre os direitos das mulheres: "Gender Justice: Women's Human Rights are Human Rights (Justiça Sexual: Os Direitos Humanos das Mulheres são Direitos Humanos), de Elizabeth Fisher e Linda Gray MacKay.

○ A Conferência Católica de Ohio produziu uma série de guias de estudo para adultos e estudantes da escola secundária sobre a pena de morte, prática condenada pela maioria das principais denominações religiosas.

○ A Universidade Soka, instituição apoiada por budistas na Califórnia, promove conferências regulares para o público sobre tópicos de direitos humanos.

Estabelecimento de Cultura de Direitos Humanos

A educação para os direitos humanos nos Estados Unidos está prosperando através dos esforços diversos e criativos da sociedade civil, incluindo instituições de educação superior, organizações não governamentais, organizações religiosas e ativistas locais. Seja através de pesquisa em um think-tank universitário ou de educação comunitária entre os pobres rurais, esses esforços estão unidos ao buscarem estabelecer cultura de direitos humanos neste país.

A tarefa que temos à frente é de equipar todos esses esforços e assegurar que um currículo eficaz de educação para os direitos humanos

esteja disponível em todas as escolas públicas da nação, de forma que as gerações futuras de norte-americanos tenham o mesmo conhecimento dos seus direitos humanos que têm hoje sobre seus direitos civis e constitucionais.

Educação para os Direitos Humanos nas Escolas dos Estados Unidos

David Pitts

A tradição de responsabilidade local pela educação pública nos Estados Unidos origina-se na 10ª Emenda da Constituição: "Os poderes não relegados aos Estados Unidos pela Constituição, nem proibidos pelos Estados, são reservados aos Estados." Conseqüentemente, a legislação federal não prescreve nenhum currículo padronizado. No artigo a seguir, o editor colaborador David Pitts examina duas ongs (organizações não-governamentais) que promovem a educação para os direitos humanos nos Estados Unidos.

NOS ESTADOS UNIDOS, a educação pública é principalmente responsabilidade dos comitês das escolas locais que, em muitas jurisdições, são escolhidos pelos eleitores. Devido a essa descentralização, os programas educacionais variam grandemente de Estado para Estado e de distrito para distrito. Conseqüentemente, não há currículo nacional de educação para os direitos humanos (HRE) a ser utilizado nacionalmente em todas as escolas. Muitas escolas ensinam HRE em suas aulas de civismo ou estudos sociais, como parte de um programa originado localmente. Mas, nas últimas décadas, uma série de organizações governamentais desenvolveu currículos projetados para utilização em todas as escolas da nação. Os planos de lições são disponibilizados aos sistemas escolares que optem por utilizá-los.

Algumas das ongs, tais como o Centro para a Educação Cívica, com sede em Los Angeles,

Califórnia, adotam abordagem ampla para a questão, considerando essencialmente HRE como subconjunto de um programa mais amplo de educação cívica, enquanto outras, como o Centro de Legislação da Pobreza do Sul, com sede em Montgomery, Alabama, adotam abordagem mais restrita, considerando HRE essencialmente relacionada à promoção da tolerância.

No Centro de Educação Cívica, "adotamos abordagem ampla", afirma o diretor associado John Hale. "A questão é que HRE pode significar coisas um tanto diferentes para diferentes pessoas", ele acrescenta. "Na ausência de concordância total sobre o HRE, parece razoável proporcionar educação cívica ampla e profunda que permita que os estudantes pensem por si próprios sobre questões de direitos humanos."

Questionado por quê um currículo educacional cívico com bases amplas tem lugar nas escolas norte-americanas, Hale afirma que "as escolas têm responsabilidade histórica especial pelo desenvolvimento de competência cívica e responsabilidade cívica". Essa também é a opinião do público norte-americano, refletida nos resultados de pesquisas, ele acrescenta. A importância da educação cívica também foi ressaltada pelos patriarcas da Pátria, observa Hale. Thomas Jefferson, James Madison, John Adams e outros Fundadores enfatizaram que "mesmo as instituições mais bem projetadas não são suficientes para manter uma sociedade livre. A educação cívica é, portanto, essencial para preservar e aprimorar a democracia constitucional norte-americana."

O núcleo do programa para escolas do centro é o Fundações da Democracia K-12, que foi desenvolvido na década de 1970, revisado e rebatizado na década de 1990. Os principais elementos incluem:

○ *We the People, the Citizen and the Constitution* (Nós, o Povo, o Cidadão e a Constituição): programa instrutivo sobre a história e os princípios da democracia constitucional norte-americana.

○ *We the People, Project Citizen* (Nós o Povo, Projeto Cidadão): programa projetado para desenvolver o interesse na elaboração política, bem como a capacidade de participação no governo local e estadual.

○ *Youth for Justice* (Juventude para a Justiça): programa que envolve jovens em soluções que gerem comunidades e escolas seguras, disciplinadas e livres de drogas.

Hale afirma que as avaliações dos programas indicam que, nas escolas em que são oferecidos, os estudantes são mais tolerantes, objetivo principal da HRE. Ele também enfatiza que os programas do centro não são oferecidos apenas às escolas norte-americanas. O centro atua em países de todo o mundo. Ele utilizou a experiência obtida nos Estados Unidos para ajudar os educadores em outros países a projetarem currículos de educação civil adaptados para condições específicas locais.

De fato, a educação cívica pode ser mais crucial nas democracias nascentes que em democracias bem estabelecidas como os Estados Unidos, afirma Hale. "Embora existam mecanismos democráticos em muitos países em

desenvolvimento em todo o globo, grande parte dos cidadãos dessas nações não possui conhecimentos cívicos, técnicas e posturas fundamentais para participarem do governo de forma ponderada." Ele acrescenta: "Educadores de nações sem cultura democrática muitas vezes apreciam a experiência e assistência de educadores de nações que possuem tradições democráticas profundamente enraizadas." Ele ressalta, entretanto, que os materiais de educação cívica devem ser "produzidos localmente".

Ao contrário do Centro de Educação Cívica, o Centro de Legislação da Pobreza do Sul promove conceito mais restrito de HRE, concentrado na promoção da tolerância e no combate ao ódio. Os materiais desenvolvidos pelo centro com base no seu programa de "Ensino da Tolerância" são oferecidos gratuitamente "a qualquer escola que os solicite", afirma seu diretor, Jim Carnes. "Tentamos torná-los mais flexíveis possível, de modo que as escolas possam utilizá-los de uma série de formas", acrescenta ele. "Entendemos a necessidade desse tipo de esforço há cerca de dez anos."

Em 1990, pesquisas do Projeto de Inteligência do centro e de outras fontes começaram a documentar os níveis de elevação da intolerância entre os jovens e o envolvimento significativo de jovens em crimes de ódio, prossegue Carnes. O centro concluiu que necessitava atingir escolas e comunidades interessadas em fomentar a compreensão e o respeito às diferenças, ele acrescenta.

Dentre os materiais oferecidos pelo centro, encontram-se:

○ Revista *Teaching Tolerance* (Ensino da Tolerância), publicação semestral que documenta esforços de promoção da tolerância em todo o país. As revistas estão disponíveis gratuitamente mediante solicitação aos professores individuais.

○ Pacotes de currículos para distribuição gratuita a diretores de escolas em todos os Estados Unidos e no exterior. Os esforços incluem: *Ten Ways to Fight Hate* (Dez Formas de Combate ao Ódio); *101 Tools for Tolerance* (101 Ferramentas para a Tolerância); e *Learn More about Civil Rights* (Aprenda Mais sobre os Direitos Civis).

O Web site do Ensino da Tolerância,

<http://www.splcenter.org/teachingtolerance/tt-index.html>, lançado em 2001, cujo propósito é manter os professores e as escolas a par das últimas idéias disponíveis de combate aos preconceitos.

"Há cerca de três anos, fizemos avaliação elaborada do nosso programa", afirma Carnes. "Concentramos os grupos em duas cidades (Houston e Mineápolis) e comparamos os resultados com base nos professores que utilizaram nossos materiais e nos que não o fizeram. Embora não fosse um estudo completamente controlado e a avaliação fosse difícil porque nossos materiais são utilizados de forma flexível, determinou-se que houve um efeito positivo. Houve, por exemplo, diversos indicadores fortes da redução dos conflitos." Além do seu programa de Ensino da Tolerância, o centro também possui um braço legal de combate à discriminação racial através dos tribunais e outros meios.

O Centro de Educação Cívica e o Centro de Legislação da Pobreza do Sul são apenas duas ongs ativas em HRE. Existem muitas outras, incluindo a Associação de Educação para os Direitos Humanos (HREA), com sede em Cambridge, Massachussetts, organização sem fins lucrativos cuja missão é de introduzir conceitos de direitos humanos em práticas de ensino e currículo educacional geral. HREA trabalha com uma série de entidades, tanto governamentais como não governamentais, e fornece assistência no desenvolvimento de currículos, treinamento de grupos profissionais, pesquisa e avaliação.

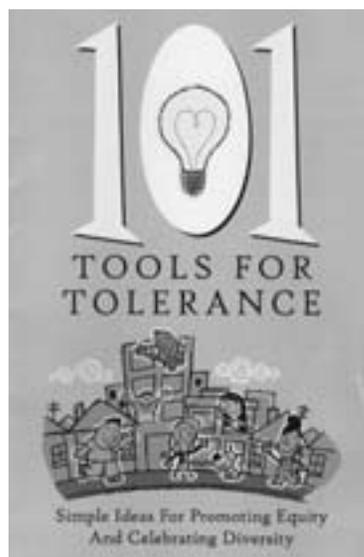
HREA também abriga e administra diversos servidores de listas para possibilitar a formação de redes e compartilhamento de recursos entre ativistas dos direitos humanos, educadores e outros profissionais em todo o mundo. O Servidor de Listas de Educação para os Direitos Humanos Globais é um fórum moderado no qual 2.300 membros de 140 países compartilham novos recursos, metodologias e estratégias.

Introdução aos Instrumentos de Tolerância

101 Ferramentas para a Tolerância, produzido pelo Centro de Legislação da Pobreza do Sul, é um livreto popular nas escolas norte-americanas. Em linguagem simples e de fácil compreensão, a publicação convida os leitores não apenas a promoverem, mas também a celebrarem a diversidade. Ela inclui idéias para os indivíduos, lar, escola, local de trabalho e comunidade. Sugestões incluem:

- Excursão de férias sobre a história dos direitos civis, visitando os principais locais e museus.
- Início de um programa de correspondência para entrar em contato com pessoas em diferentes partes da comunidade, do país ou do mundo.
- Incentivo às escolas para que proporcionem recursos iguais para esportistas meninos e meninas.
- Elaboração de campanhas para desencorajar o uso de emblemas escolares causadores de desarmonia.

O livreto também convida os leitores a prometerem tolerância. Os que prometem tolerância comprometem-se a examinar suas próprias inclinações e trabalhar para superá-las, estabelecer um exemplo positivo para todos aqueles com quem entrem em contato e sempre pronunciar-se contra o ódio e a injustiça. "Compartilhamos um mundo", conclui a publicação, "para todas as nossas diferenças de política, raça, economia, capacidades, cultura e idiomas - compartilhamos um mundo. Ser tolerante é aceitar as diferenças e ter prazer em fazer parte dele."



Capa cortesia do Centro de Legislação do Pobreza do Sul

Treinamento de Direitos Humanos Internacionais

Michael E. Hartmann

A consciência internacional dos direitos humanos resultou em injeção maciça de programas financiados de treinamento, em que professores inteligentes vêm de países desenvolvidos para países menos desenvolvidos, pós-conflitos ou em transição. Neste artigo adaptado, Michael E. Hartmann, procurador internacional perante a Corte Suprema de Kosovo trabalhando para a Missão das Nações Unidas, descreve orientações sugeridas para treinadores de direitos humanos internacionais no cenário legal.

EXISTEM VÁRIOS OBJETIVOS diferentes para o treinamento de direitos humanos. Este artigo concentra-se no treinamento para juízes, procuradores, advogados e a polícia. Ele também aborda o treinamento de direitos humanos envolvidos em detenção, prisão, investigação judicial e julgamento, bem como do sistema de justiça criminal, da prisão pela polícia até o veredicto judicial. Como muitos direitos humanos são protegidos através da reforma dos códigos de procedimento criminal, também se inclui o treinamento nesses esforços de Estado de Direito.

Um treinador de direitos humanos deve demonstrar respeito pela cultura legal e legislação de um país, concentrando o esforço e o tempo na preparação do projeto e método de cada programa de treinamento de direitos humanos. Isso exige conhecimento específico do país, seja através dos seus residentes ou chegando ao país antecipadamente e adaptando então os materiais e os métodos.



Foto cortesia do sr. Hartmann

Michael E. Hartmann

Quem Fornece o Treinamento de Direitos Humanos?

Os treinadores de direitos humanos incluem os oriundos de muitos países desenvolvidos e por estes financiados. Isso inclui os Estados Unidos, através do Departamento de Estado e do Departamento de Justiça. Também inclui membros da União Européia (UE), organizações regionais como o Conselho da Europa (CoE) e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Organizações internacionais, como as Nações Unidas, administram treinamento de direitos humanos através de várias das suas organizações, que incluem o Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos (OHCHR), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), programas financiados pela UNIFEM e através dos Responsáveis de Direitos Humanos em Missões de Manutenção da Paz.

Esta relação deve também incluir as muitas organizações não governamentais (ongs)

que fornecem treinamento de direitos humanos, incluindo o Grupo Internacional de Legislação de Direitos Humanos, Anistia Internacional, Vigília dos Direitos Humanos, ABA-CEELI e outros.

Onde é Conduzido o Treinamento de Direitos Humanos e Quem o Recebe?

O treinamento de direitos humanos ocorre principalmente nos países em transição de regimes totalitários, incluindo nações pós-conflito, os países recém independentes da ex-Iugoslávia ou os Novos Estados Independentes (NIS) da antiga União Soviética, entre outros.

Nesses países, o judiciário (juizes, promotores e advogados) e a polícia recebem treinamento de direitos humanos. Mas o treinamento também inclui outros profissionais, como oficiais de registro, juizes de pequenas causas (que tecnicamente não são juizes de acordo com os padrões internacionais de independência e não cuidam de ofensas ao código criminal), bem como funcionários de ongs.

Outros participantes internacionais que estão desempenhando funções de monitoramento ou judiciais também deverão receber treinamento de direitos humanos. Em Kosovo, por exemplo, participantes internacionais são nomeados pela Missão das Nações Unidas como juizes e promotores para desempenhar essas funções no sistema judiciário local. No Timor Leste e em Serra leoa, eles fazem o mesmo em tribunais especiais que existem nesses países, que são limitados a crimes de guerra e crimes especiais. Esses participantes

deverão estar cientes de como as autoridades locais estão sendo treinadas e, de sua parte, podem também fornecer informações aos treinadores sobre questões de direitos humanos que se aplicam à cultura legal e judicial local.

Qual é a Substância e a Natureza do Treinamento?

Por muitas vezes, os treinadores de direitos humanos elaboram uma apresentação em seu país de origem sem adaptá-la adequadamente ao país aonde irão e à audiência à qual apresentarão o programa. Lembro-me de sentar-me em um ônibus com promotores bósnios em 1997, após comparecer à sua primeira conferência após a guerra. Diversos queixavam-se dos palestrantes enviados por uma organização governamental regional européia e a falta de qualquer relevância para a prática processual da Bósnia. Um promotor afirmou: "Você notou que [ele] não mencionou a palavra 'Bósnia' uma vez sequer em trinta minutos? Nem pelo menos um deles se preocupou em formular uma questão sobre o nosso sistema legal aqui, ou os nossos problemas".

Antes que um treinador de direitos humanos inicie um programa, ele(a) deve ter tempo de observar como funciona um país. Um treinador de HR deve então projetar um programa de treinamento que se adapte às necessidades daquele país. Encontram-se abaixo algumas orientações que os treinadores de direitos humanos deverão examinar antes de projetar esse programa.

Comportamento. Antes de iniciar o treinamento de direitos humanos, deve-se examinar

por quê ocorrem violações dessa natureza. Algumas vezes, pula-se essa fase de preparação crítica e o treinador considera, por exemplo, que o policial é truculento ou o juiz ou promotor são corruptos. Embora algumas sociedades tenham algum nível de brutalidade policial e corrupção policial e judicial, as razões desse comportamento devem ser consideradas.

Como me afirmou certa vez um oficial de polícia, "... é claro que batemos neles. De que outra forma, professor Michael, podemos conseguir deles uma confissão? E, sem confissão, de que outra forma podemos condená-los? Não somos como o Ocidente; nos Estados Unidos, vocês têm pomposos foros e testes de DNA, enquanto aqui somente podemos enviar a equipe de criminalística para tentar apenas encontrar impressões digitais em menos de 5% dos casos de assassinato e estupro." O mesmo se aplica à prática ilegal de detenção de membros de famílias, freqüentemente mulheres, prendendo-os para fazer com que o homem membro da família suspeito apresente-se à polícia; porque não há um sistema de garantia automática.

Em muitos países em desenvolvimento, as condições de trabalho e pagamento para a polícia e mesmo para juízes e promotores são tais que a tentação de obter subornos ou "presentes" é ao menos compreensível. O tempo gasto no trabalho no Paquistão, por exemplo, para policiais e oficiais de patrulha é, oficialmente, de 24 horas por dia. Em Lahore, no Paquistão, os nove advogados promotores distritais assistentes para crimes sérios necessitam dividir um quarto pequeno e uma mesa, lendo seus arquivos do lado de fora, em cadeiras dobráveis. O paga-

mento da polícia no Iêmen, Paquistão, Tanzânia e Índia é tão baixo que tenta até homens honestos a solicitar ou aceitar subornos. Em Kosovo, um promotor público distrital demitiu-se por não poder alimentar sua família com um salário que era menor que o pago pelas Nações Unidas aos tradutores locais.

Motivação. Além de abordar os argumentos legais e morais relevantes para as violações de direitos humanos, os treinadores deverão também abordar a necessidade de alternativas à confissão na solução de crimes. Particularmente, isso deverá incluir o treinamento de métodos laboratoriais e psicológicos humanos de interrogação e mais apoio ao treinamento policial e compartilhamento de informações. Ele também inclui a necessidade de equipamento para laboratórios e bancos de dados centrais para mandados e impressões digitais que são verificadas automaticamente mediante qualquer detenção ou prisão em todo um país.

Muitos sistemas de justiça criminal de legislação civil com bases européias não reconhecem a "regra de exclusão" (a exclusão da prova obtida ilegalmente), a menos que a prova obtida seja considerada não confiável ou obtida através de confissões involuntárias. Após a implementação da regra de exclusão nos Estados Unidos, as estatísticas demonstraram que apenas um pequeno percentual de casos foi realmente afetado por ela, resultando em casos que foram perdidos devido à exclusão da prova. Desde que a regra de Miranda (que informa o acusado do direito de silêncio e de ter assistência) foi adotada nos Estados Unidos, o número de confissões declinou um pouco e, após o treinamento da polícia sobre técnicas

aceitáveis de interrogação psicológica, o percentual de casos em que foi retirada uma confissão permaneceu o mesmo e, em alguns casos, realmente aumentou.

O uso de gravação em vídeo e áudio de interrogatórios deverá também ser incentivado para evitar acusações falsas de brutalidade policial. Essa abordagem vem sendo utilizada com sucesso nos Estados Unidos e em outras partes. O aumento das declarações gravadas apresenta efeito de auto-reforço, à medida que os juízes e procuradores tornam-se mais familiarizados com os benefícios de gravar confissões.

O uso de sanções contra violações dos direitos humanos pela polícia, promotores ou juízes também deverá ser tratado no contexto da compreensão dos motivos para essa ação. Isso é freqüentemente obtido por meio de apoio de associações profissionais para o propósito de criação ou renovação do orgulho profissional, com códigos éticos e disciplinares auto-executáveis e de auto-treinamento. Isso também deverá ser feito em conjunto com um organismo independente para investigar tiros e mortes envolvidas com a polícia e qualquer morte em custódia, papel desempenhado por promotores e comissões independentes nos Estados Unidos.

Algumas vezes, valores existentes podem ser utilizados para reforçar o cumprimento de padrões de direitos humanos e a necessidade dessas sanções disciplinares. No Iêmen, por exemplo, estudantes da academia de polícia exibiram linguagem corporal não aceita durante uma palestra sobre instrumentos e padrões de

direitos humanos. Houve, entretanto, mudança notável do interesse quando o rumo da palestra foi para o valor da honra e como a honra de um oficial de polícia é reduzida quando os fortes e numerosos batem nos fracos, em vez de protegê-los, e como proteger um colega policial das conseqüências da desonra reduz a honra da força policial como um todo. Essa linha de leitura comprovou ser mais eficaz na motivação dos cadetes policiais, que desejavam falar de si próprios como soldados honrados contra o crime e não simplesmente enaltecer as virtudes dos padrões de direitos humanos.

Confiança. Exagerar um caso específico é fatal na destruição da confiança e um equilíbrio de valor compartilhado. Isso ocorre ao dedicar-se escopo amplo demais aos direitos em geral, em vez de concentrar-se naqueles mais importantes para a sociedade. Esses erros podem ser divididos entre os devidos à má compreensão das circunstâncias factuais e os resultantes da informação insuficiente e inexperiência em práticas policiais e judiciais normais, por um lado, e os erros devidos à má compreensão dos padrões aplicáveis de direitos humanos quando aplicados a circunstâncias não familiares, de outro lado.

Na Bósnia, Egito, Índia e Iêmen, entre outros locais, ouvi defensores dos direitos humanos argumentarem que o atraso do processamento dos casos criminais era violação do direito a um "julgamento rápido" ou "julgamento em prazo razoável". Esses defensores ainda não haviam discutido com os promotores e juízes envolvidos as razões dos atrasos e simplesmente desconsideraram as explicações como "desculpas". Embora pudesse-se argu-

mentar que a falta de recursos, a tradicional lentidão e procedimentos legais problemáticos fossem realmente violações aos direitos humanos, esse argumento não era convincente e, na verdade, era contraproducente quando tantas outras áreas eram violações patentes dos direitos humanos.

Respeito. Os treinadores de direitos humanos necessitam conhecer as diferenças e similaridades legais entre seu país de origem e o país visitado. Caso contrário, as diferenças sistêmicas gerais podem resultar em considerações centralizadas no país que geram erros desagradáveis e embaraçantes que desviarão sua audiência. A necessidade de aprender a especificidade e demonstrar disposição para aprender os procedimentos específicos do país visitado também é importante. Deve-se considerar que a legislação civil no país visitado é a mesma ou próxima daquela do país de origem. Nesse particular, é necessário determinar a maturidade da cultura legal no país visitado. A solução é preparar-se antecipadamente através de pesquisa, formular perguntas e ouvir os que se encontram no país e podem responder perguntas.

Em alguns sistemas de legislação civil, por exemplo, o promotor e a defesa devem solicitar permissão do tribunal antes de fazer perguntas diretamente às testemunhas e podem simplesmente interpor questões ao juiz, que é livre para reformulá-las às testemunhas. Uma parte ou família prejudicada do morto pode participar ou solicitar que seu advogado o faça durante os procedimentos criminais. Caso o promotor público deixe o caso, eles podem assumir o processo. Pode-se permitir que o acusado exa-

mine diretamente as testemunhas. O acusado não é colocado sob juramento na maioria dos sistemas legais civis. Mesmo a expressão da legislação comum "defesa" normalmente é traduzida como "acusado" e, em alguns países, a expressão "suspeito" não é uma palavra separada de "defesa" perante o tribunal.

Os treinadores de direitos humanos às vezes tomam erroneamente os princípios do seu sistema judicial como padrões de direitos humanos e, em seguida, insistem sobre sua aplicação ao país visitado. Este é um erro em duas etapas: nem todos os princípios do país de origem são exigidos pelos princípios de direitos humanos (embora possam ter como objetivo a proteção dos direitos do acusado) e o sistema judicial do país visitado deve ser examinado de forma holística, ou pode-se observar violação onde ela não existe.

Na antiga Iugoslávia, por exemplo, treinadores de direitos humanos ficaram chocados por descobrirem que não havia absolutamente nenhuma restrição ou controle sobre a maneira e o método do interrogatório policial de suspeitos, como o direito a aconselhamento e defesa. Os treinadores de direitos humanos não compreendiam, entretanto, que isso ocorria porque a lei não permitia que nenhuma das declarações à polícia fosse utilizada como prova de condenação no julgamento, de forma que todo o sistema fazia sentido, embora considerando conclusivamente todas as declarações para a polícia como inválidas para uso como prova de condenação. As únicas exigências legais no código de procedimento criminal eram limites de tempo até os quais uma pessoa detida deveria ser trazida para um juiz investigativo e

uma proibição contra "extorsão de confissões do acusado". O código criminal também proibia a obtenção de declarações por meio de força, ameaça ou outras formas não autorizadas.

Orientações. Os treinadores de direitos humanos são normalmente muito familiarizados com as convenções, padrões e orientações sobre direitos humanos e, no contexto do sistema judicial, os referentes aos direitos do acusado. É igualmente tão importante, entretanto, que o treinador de direitos humanos seja familiarizado com outros instrumentos internacionais que lidam com os direitos das vítimas e com os princípios e papéis subjacentes das partes envolvidas - judiciário, polícia, promotores e advogados de defesa.

A credibilidade como treinador que compreende os princípios e o profissionalismo dos treinandos ganhará grande respeito. Uma das críticas expressas, às vezes com razão, dos treinadores de direitos humanos é o foco restrito dos direitos dos acusados e não da necessidade de justiça para as vítimas ou para execução da lei eficaz e eficiente.

Exigências. A maioria dos países que recebem treinamento de direitos humanos tem os mesmos problemas dos países mais desenvolvidos, mas de maior magnitude e seriedade. A polícia e o judiciário normalmente têm, por exemplo, falta de espaço, equipamento, pessoal, educação e treinamento suficiente durante o serviço e o que há normalmente necessita de modernização e substituição.

Freqüentemente, treinadores de direitos humanos virão de países que detêm grandes recursos humanos e orçamentários. Ao chegarem de visita a um país, eles muitas vezes tentam impor o padrão mais alto de direitos humanos. Infelizmente, o anfitrião pode não ser capaz de permitir o fornecimento de maiores necessidades financeiras e recursos humanos.

O treinador de direitos humanos deverá portanto ter clareza em sua mente e apresentar o que pode ser obtido através da utilização dos padrões mínimos de direitos humanos. A necessidade de treinamento de padrões mínimos de direitos humanos deve-se não apenas à necessidade de equilíbrio, mas também porque os padrões mais altos desejados podem ser considerados impraticáveis no momento pelo governo visitado e, portanto, rejeitados. De forma similar, os treinadores de direitos humanos deverão também selecionar suas batalhas e priorizá-las. Decida quais são as três questões mais importantes que serão mais provavelmente aceitas pela cultura legal e resultarão em alguma mudança. Esses deverão ser enfatizados, talvez juntamente com três questões adicionais de maior probabilidade a longo prazo. Esse método de persuasão freqüentemente aumenta a credibilidade do treinador.

Uma exigência relativa para um treinador de direitos humanos é deixar claro quais instrumentos de direitos humanos permitem soluções e queixas específicas por indivíduos afetados pela ação do Estado e quais instrumentos contêm obrigações dos Estados signatários que podem ser monitoradas (através, por exemplo, do exame de relatórios estatais), mas que de outra forma não são exequíveis.

O procedimento de cumprimento da Convenção Européia para os Direitos Humanos (ECHR) é o mecanismo judicial internacional mais avançado e eficaz para indivíduos que acreditam que foram injustiçados pelos seus tribunais nacionais (não apenas acusados, mas também vítimas). Além disso, ao ensinar os advogados como solicitar reparação com base na ECHR (que se aplica unicamente aos Estados membros que assinaram a ECHR e protocolos), o treinador de direitos humanos pode utilizar os casos precedentes da ECHR.

Justiça. Muitos padrões de direitos humanos destinam-se a oferecer orientação e articular princípios. As normas de direitos humanos regionais e internacionais são necessariamente de natureza geral, por não se destinarem a selecionar quais dentre muitos esquemas nacionais são preferíveis; vários esquemas nacionais diferentes devem encaixar-se sob o guarda-chuva. Conseqüentemente, os padrões de direitos humanos raramente fornecem dados específicos, seja de prazos limites para detenção ou procedimentos específicos.

Um treinador de direitos humanos deve ter claro quem ou qual é a autoridade que apóia os dados específicos. Deve-se perguntar a um treinador de direitos humanos, por exemplo, "por quanto tempo a polícia pode deter uma pessoa após a prisão antes de levá-la a um juiz?" Os destinatários locais do treinamento de direitos humanos merecem ser tratados com respeito e justiça e devem ser informados da fonte da sua autoridade, para permitir-lhes a escolha do nível de credibilidade a ser atribuído àquela fonte. Por exemplo, a fonte são as

decisões do Tribunal ECHR de Estrasburgo; o Comitê de Direitos Humanos de especialistas independentes nomeados pelos Estados Parte do ICCPR; o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, CoE, OSCE HR, Anistia Internacional, Vigília dos Direitos Humanos, professores individuais de Direito ou outros especialistas em direitos humanos, cada um dos quais podendo ter ponto de vista ou opinião diferente?

Não se deve apresentar dados específicos não exigidos porque se acredita que sejam os melhores ou porque o país de origem utiliza esses dados específicos nos seus esquema regulamentares. Em Kosovo, presenciei alguns defensores de direitos humanos afirmarem que o período máximo de tempo antes que um preso deva ser trazido perante o juiz era de 48 horas. Isso se baseou em uma seleção do que eles consideraram a norma, com base no que outros países europeus fizeram em sua legislação, embora sem nenhuma especificidade sobre quais países.

Embora seja uma resposta mais longa e menos específica, teria sido melhor e legalmente correto afirmar que "a ECHR, no Artigo 5(3), e o ICCPR, em 9(3), exige que uma pessoa presa seja apresentada 'prontamente' perante o juiz. O Tribunal ECHR afirmou que quatro dias e seis horas seria muito tempo em casos terroristas, mas, em outros casos, o Tribunal de Estrasburgo defendeu que até quatro dias pode ser tempo demais para procedimentos criminais ordinários, embora tenha se decidido em contrário em caso anterior." *Brogan vs. Reino Unido* (1989) 11 EHRR 117; *Brincat vs. Itália* (1993) 16 EHRR 591; *X vs. Países*

Baixos, pedido 2894/66 (1966) 9 Livro do Ano 564; *Egue vs. França*, 57 DR 47 a 70 (1988) (quatro dias, "em princípio", permissíveis)." Em comparação com a determinação de "48 horas" feita pelos defensores dos direitos humanos, essa resposta mais exata demonstra mais respeito pelos advogados e pelo judiciário local, por fornecer-lhes todas as informações aplicáveis e permitir que chegassem à sua própria decisão.

Não se deve considerar que uma violação de um padrão de direitos humanos exige a sanção ou compensação mais severa, muito embora preferir-se-ia isso e acredite-se que seja a forma mais eficaz de deter a ação. Caso a legislação nacional permita o uso de provas obtidas ilegalmente, essa prova, se confiável, pode ainda ser permitida sob padrões de direitos humanos a serem utilizados no tribunal sem a compensação ou sanção de exclusão do julgamento, sujeito a algumas salvaguardas.

Equilíbrio. Os treinadores de direitos humanos podem obter reação mais positiva de autoridades executoras das leis, promotores e juizes, caso reconheçam a necessidade de equilíbrio razoável entre a proteção do acusado, das vítimas e da sociedade. A maior parte da legislação e, de fato, os dados específicos dos padrões internacionais de direitos humanos, são atingidos após muitas negociações e envolvem o equilíbrio desses interesses. Embora a harmonização sempre seja possível, é inevitável em algumas áreas de procedimentos que a eficácia da execução da lei seja prejudicada pelo aumento das proteções do acusado.

Existe necessidade crescente de concentração nos direitos das vítimas, por exemplo, violência sexual e doméstica contra mulheres e crianças. Especialmente no contexto das missões de manutenção da paz, bem como em países pós-conflito, o equilíbrio entre direitos humanos para o acusado e segurança para as vítimas deve resultar na imposição inicial de padrões mínimos de direitos humanos. A Declaração das Nações Unidas dos Princípios Básicos de Justiça para as Vítimas de Crimes e Abuso de Poder afirmaram esses direitos, embora sem nenhuma especificidade.

De forma similar, para preservar a credibilidade, o treinador de direitos humanos deve reconhecer os esforços para desenvolver ferramentas especiais de procedimentos para assegurar a investigação e processo eficazes contra o crime organizado, terrorismo, tráfico de drogas e de seres humanos, crimes de guerra e tentar harmonizar essas ferramentas com os padrões de direitos humanos.

Legislação. Em alguns casos, também se solicita ou deseja que os treinadores de direitos humanos trabalhem sobre legislação corretiva. Não há perigo maior, entretanto, que legislação bem intencionada mas mal redigida. Intervenções mesmo em nome dos direitos humanos mais significativos devem ser feitas de forma profissional, caso contrário o dano imediato será superado pela perda de credibilidade a longo prazo de outro treinamento de direitos humanos no futuro.

John Austin, escrevendo no jornal "Jurisprudence", afirma: "O que é normalmente denominado parte técnica da legislação é incomparavelmente mais difícil que o que pode ser denominado

parte ética. Em outras palavras, é muito mais fácil conceber de forma justa o que seria legislação útil que elaborar a mesma lei de forma que possa atingir o projeto do idealizador da lei." Isso significa que a elaboração de legislação não se destina a amadores de boa vontade. Dentre as condições prévias para reformas legislativas eficazes que presenciei quando presentes e ausentes, inclui-se:

Tanto autoridades policiais e judiciais locais como internacionais possuem diferentes bases de experiência: os locais conhecem sua legislação e condições societárias, enquanto os internacionais terão novos olhos e serão capazes de "retirar coisas da caixa", precisamente porque não são parte daquela cultura legal e, portanto, freqüentemente não aceitarão restrições ou procedimentos por serem o que sempre foram.

Além da necessidade de legislação equilibrada, em que todos os interesses legítimos referidos possuem "propriedade", a demanda e luta pela legislação "perfeita" podem evitar a adoção da "boa" lei. Quando a legislação existente e as proteções de direitos humanos não forem "boas" e a luta pela "perfeição" colocar em risco a possibilidade de atingir a reforma legislativa em breve, bom deverá ser suficiente. Na Bósnia, por exemplo, a Equipe de Especialistas Internacionais do CoE no campo dividiu-se ao recomendar apoio da Comunidade Internacional (IC) para as reformas pendentes de procedimentos e legislação criminal, porque um membro não acreditou que a legislação elaborada fosse suficientemente longe ao proteger os direitos humanos, muito embora todos concordassem que era muito melhor que a legislação existente. Essa oposição atrasaria significativamente a eventual reforma, mas o argumento em favor do "bom" venceu os que desejavam o "perfeito".

Sociedade Civil. Os treinadores de direitos humanos necessitam enfatizar aos diversos grupos com os quais estão trabalhando que é necessário um esforço conjunto em apoio à legislação de direitos humanos, treinamento e garantias nos cenários judiciais e de execução da lei, que também incluem a capacidade e vontade de investigar e processar abusos de direitos humanos, especialmente quando a polícia ou autoridades governamentais estiverem cometendo os abusos.

Na Tanzânia, os direitos humanos e as ongs de mulheres, polícia, promotores e juízes reuniram-se para elaborar planos comuns para o tratamento, aconselhamento, investigação e indiciamento de crimes sexuais e violência doméstica, o que resultou em acordos para orientações pela polícia e promotores para que as ongs forneçam aconselhamento e apoio às vítimas. As ongs concordaram em aconselhar as vítimas que seria em seu benefício entrar em contato com a polícia e os tribunais. As ongs também concordaram em apoiar as vítimas durante esses procedimentos. A imprensa forneceu educação sobre as opções de proteção fornecidas pelas ongs e as questões de violência doméstica e estupro. Desta forma, esses elementos disparatados encontraram interesses comuns que atingiram todos os seus objetivos.

Ao fornecer treinamento de direitos humanos, deve-se ter consciência e relembrar organizações tais como ongs, ordens de advogados, imprensa e mesmo a polícia e o judiciário sobre o valor dos direitos humanos na luta para formação de uma sociedade civil operativa. O benefício de estar nessa sociedade impõe responsabilidades correspondentes e com esforço, energia, insistência e disposição para trabalhar em

conjunto e encontrar interesses em comum, é realmente possível uma mudança positiva.

Questões de Democracia, Volume 7, Número 1, Março de 2002

B i b l i o g r a f i a

Informações Adicionais sobre Temas de Educação para os Direitos Humanos

Anistia Internacional

First Steps: A Manual for Starting Human Rights Education. (Primeiros Passos: Manual Inicial de Educação para os Direitos Humanos). Londres: Anistia Internacional, 1996.

O texto completo desse manual abrangente de educação para os direitos humanos também está disponível online em albanês, inglês, húngaro, russo, eslovaco, esloveno e ucraniano no endereço: http://erc.hrea.org/Library/First_Steps/index.html

Rede de Educadores da Anistia Internacional

Amnesty International Educators' Network Human Rights Education Resource Notebooks. (Cadernos de Recursos de Educação para os Direitos Humanos da Rede de Educadores da Anistia Internacional). Nova York: Rede de Educadores da Anistia Internacional, 1997.

Coleção de currículos de educação para os direitos humanos em áreas de interesse específicas, incluindo direitos humanos das mulheres, direitos das crianças, religião, raça e etnia, povos indígenas e a pena de morte.

Andreopoulos, George J. e Richard Pierre Claude, eds.

Human Rights Education for the Twenty-first Century. (Educação para os Direitos Humanos para o Século XXI). Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1997.

Análise abrangente da educação para os direitos

humanos, incluindo capítulos sobre teorias e contextos, abordagens para o treinamento de professores, educação de adultos e universitária, treinamento especializado para profissionais, educação para os direitos humanos informal e comunitária, recursos e financiamento.

Bernstein Tarrow, Norma, ed.

Human Rights and Education (Direitos Humanos e Educação). Nova York: Pergamon Press, vol.3, "Pergamon Comparative and International Education Series" (Série Pergamon de Educação Internacional e Comparativa), 1987.

Brown, Margot

Our World, Our Rights: Teaching About Rights & Responsibilities in the Elementary School (Nosso Mundo, Nossos Direitos: Como Ensinar Direitos e Responsabilidades na Escola Elementar). Nova York: Anistia Internacional Estados Unidos, 2000. Oferece estratégias e atividades inovadoras de ensino sobre a Declaração de Direitos Humanos das Nações Unidas (UDHR) na escola elementar. As atividades abordam os direitos humanos na família, na sala de aula, na escola e na comunidade mais ampla.

Centro de Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social

Compendium of United Nations Standards and Norms in Crime Prevention and Criminal Justice. (Compêndio de Normas e Padrões das Nações Unidas na Prevenção do Crime e Justiça Criminal). Nova York: Nações Unidas, 1992.

Os principais instrumentos internacionais, além dos instrumentos normais de direitos humanos que são de interesse para o treinamento de audiência judicial.

Centro de Estudo dos Direitos Humanos

Twenty-five Plus Human Rights Documents. (Mais de Vinte e Cinco Documentos sobre Direitos Humanos). Nova York: Centro de Estudo dos Direitos Humanos, Universidade de Colúmbia, 2001.

Claude, Richard Pierre

The Bells of Freedom. (Os Sinos da Liberdade). Adis Abeba: Associação dos Profissionais em Ação, 1995.

Currículo de recursos com material básico para os elaboradores de educação não formal e 24 "sessões de reflexão" sobre direitos humanos. Disponível em inglês, francês, japonês, amárico e crioulo. O texto está disponível online no endereço:

<http://www1.umn.edu/humanrts/education/belfry.pdf>

A versão em língua francesa é disponível no endereço www.civnet.org — sob o título *Manuel de formation, destine aux animateurs de sessions de reflexion sur les droits de l'homme.*

Claude, Richard Pierre

Methodologies for Human Rights Education (Metodologias de Educação para os Direitos Humanos). Nova York: Década do Povo da Educação para os Direitos Humanos, 1997.

Introdução prática para a pedagogia de educação para os direitos humanos, incluindo ensaio sobre o direito de conhecer os próprios direitos, guia de planejamento de currículos, sugestões de educação para capacitação, definição de grupos de usuários e metodologias de avaliação. O texto está disponível online no endereço:

<http://www.pdhre.org/materials/methodologies.html>

Dupont, Lori, Joanne Foley and Annette Gagliardi

Raising Children with Roots, Rights & Responsibilities: Celebrating the Convention on the Rights of the Child (Criar Crianças com Raízes, Direitos e Responsabilidades: Celebração da Convenção sobre os Direitos da Criança). Mineápolis MN: Centro de Recursos sobre Direitos Humanos, 1999.

Currículo interativo de introdução dos pais e seus filhos em idade pré-escolar para os direitos da criança. Enfatiza a solução de problemas, pensamento crítico e conhecimentos de cidadania e estabelece consciência ética e auto-confiança nas crianças e nas famílias.

Fisher, Elizabeth and Linda Gray MacKay

Gender Justice: Women's Rights Are Human Rights (Justiça Sexual: Os Direitos Humanos das Mulheres são Direitos Humanos). Cambridge MA: Comitê de Serviço Universalista Unitário, 1996. Guia de ação/estudo baseado na Plataforma de Pequim para Ação da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres das Nações Unidas.

Flowers, Nancy, ed.

Human Rights Here and Now: Celebrating the Universal Declaration of Human Rights (Direitos Humanos Aqui e Agora: Celebração da Declaração Universal dos Direitos Humanos). Mineápolis MN: Centro de Recursos sobre Direitos Humanos, Universidade de Minnesota, 1997. Texto disponível online no endereço: <http://www.hrusa.org/hrh-and-n/default.htm>

Flowers, Nancy with Marcia Bernbaum, Kristi Rudelius-Palmer and Joel Tolman

The Human Rights Education Handbook (Manual de Educação para os Direitos Humanos). Mineápolis MN: Centro de Recursos sobre Direitos Humanos, Universidade de Minnesota, 2000. Manual introdutório sobre educação para os direitos humanos que inclui informações básicas, estratégias de ensino de direitos humanos e atividades para uma série de idades e situações. O texto está disponível online no endereço: <http://www.hrusa.org/hrmaterials/hreduseries/hrhandbook1/toc.html>

**Harris, D. J., M. O'Boyle
and C. Warbrick**

Law of the European Convention on Human Rights (Legislação da Convenção Europeia sobre Direitos Humanos). Londres: Butterworths, 1995.

A melhor fonte de legislação sobre a Convenção Europeia sobre Direitos Humanos (ECHR) e orientação sobre a interpretação da mesma linguagem do ICCPR. Contém a discussão mais equilibrada entre direitos do acusado e direitos das vítimas e necessidades de execução eficaz da lei.

Martin, J. Paul

The Design and Evaluation of Human Rights Education Programs (Projeto e Avaliação de Programas de Educação para os Direitos Humanos). Nova York: Universidade de Colúmbia, Centro de Estudo dos Direitos Humanos, 2000..

Martin, J. Paul

Self-help Human Rights Education Handbook (Manual de Auto-Ajuda sobre Educação para os Direitos Humanos). Nova York: Centro de Estudo dos Direitos Humanos, Universidade de Colúmbia, 1996.

Guia prático de planejamento de programas e desenvolvimento de currículos para direitos humanos.

Mertus, Julie com Nancy Flowers e Mallika Dutt

Local Action, Global Change: Learning About the Human Rights of Women and Girls (Ações Locais, Mudanças Globais: Aprendendo sobre os Direitos Humanos de Mulheres e Meninas). Nova York: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) e Centro de Liderança Global das Mulheres, 1999.

Inclui informações substantivas sobre os direitos humanos das mulheres em áreas como violência, saúde, reprodução e sexualidade, educação, economia global, local de trabalho e vida familiar. Cada capítulo relaciona a discussão às disposições da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Declaração de Pequim e Plataforma de Ação e outros acordos internacionais.

Fundação para a Paz na Era Nuclear

Your Place in the World: Human Rights and Responsibilities (O Seu Lugar no Mundo: Direitos Humanos e Responsabilidades). Santa Bárbara CA: Fundação para a Paz na Era Nuclear, 1998.

Currículo que aborda questões de tolerância que afetam os estudantes secundaristas em suas comunidades, orientando os estudantes a definirem direitos humanos e formularem suas próprias idéias sobre direitos e responsabilidades.

**O'Brien, Edward, Elena Green
e David McQuoid-Mason**

Human Rights for All (Direitos Humanos para Todos). St. Paul MN: West Educational Publishing, Estados Unidos, 1996.

Currículo inovador e abrangente para estudantes secundaristas que estabelece bases sobre legislação e conceitos de direitos humanos e desafia os estudantes com questões difíceis.

Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos

ABC, Teaching Human Rights: Practical Activities for Primary and Secondary Schools (ABC do Ensino de Direitos Humanos: Atividades Práticas para Escolas Primárias e Secundárias). Nova York: Nações Unidas, 2000.

A nova edição desta introdução à educação para os direitos humanos enfatiza o UDHR e a Convenção sobre os Direitos da Criança. O texto é disponível "online" no endereço:
<http://www.unhchr.ch/html.menu6/2/abc.htm>

Década do Povo da Educação para os Direitos Humanos

Learning, Reflecting and Acting: 149 Activities Used in Learning Human Rights (Aprendizado, Reflexão e Ação: 149 Atividades Utilizadas no Aprendizado dos Direitos Humanos). Nova York: Década do Povo da Educação para os Direitos Humanos, 1996. Texto disponível online no endereço:
<http://www.pdhre.org/materials/learning.html>

Reardon, Betty A.

Educating for Human Dignity: Learning About Rights and Responsibilities (Educação para a Dignidade Humana: Aprendizado sobre Direitos e Responsabilidades). Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1995.

Adotando abordagem de desenvolvimento para a educação para os direitos humanos, cada capítulo discute os conhecimentos e nível conceitual do estudante em idade específica e oferece exemplos de lições apropriadas para a idade. A introdução fornece base teórica para educação para os direitos humanos e responsabilidade cívica. Também disponível em árabe.

Reichel, Philip L.

Comparative Criminal Justice Systems, A Topical Approach (Sistemas de Justiça Criminal Comparativa, Abordagem Tópica). Nova Jersey: Prentice Hall, 1999.

Discussões e descrições superiores sobre os principais sistemas de justiça criminal do mundo, ilustrando as principais similaridades e diferenças; excelente para que os praticantes de direitos humanos tenham conhecimento de como outros sistemas de justiça criminal diferem dos seus próprios, a fim de evitar suposições concentradas em países.

Reid, Karen

A Practitioner's Guide to the European Convention on Human Rights (Guia do Praticante para a Convenção Européia sobre Direitos Humanos). Londres: Sweet & Maxwell, 1998.

Excelente para não advogados, por ser disposto por tópicos gerais, e não por capítulos e subcapítulos da convenção.

Seidman, Ann, Robert Seidman e Nalin Abeyesekere

Legislative Drafting for Democratic Social Change: A Manual for Drafters (Redação Legislativa para Mudanças Sociais Democráticas: Manual para Redatores). Cambridge MA: Kluwer Law International, 2001.

Melhor livro para uso na assistência a países em transição ou pós-conflitos em mudanças legislativas.

Shelton, Dinah

Remedies in International Human Rights Law (Soluções na Legislação Internacional sobre Direitos Humanos). Nova York: Oxford University Press, 1999.

Excelente discussão legal, embora detalhada e técnica, de soluções e sanções em favor de indivíduos que tiveram seus direitos humanos violados pela legislação doméstica ou internacional.

Shiman, David

Teaching Human Rights (O Ensino dos Direitos Humanos). Denver CO: Centro de Ensino de Relações Internacionais, 1999.

Este livro de atividade estimulante do pensamento conscientiza os estudantes sobre questões de justiça e direitos, incentiva comparações culturais e desafia os estudantes a definirem seus próprios valores e considerarem como poderão contribuir para um mundo melhor.

Starmer, Keir

European Human Rights Law (Legislação Européia sobre Direitos Humanos). Londres: Grupo de Ação Legal, 1999.

Demonstra a opinião de um ativista dos direitos humanos por um advogado envolvido em litígios perante a Convenção Européia sobre Direitos Humanos (ECHR).

Tibbitts, Felisa

Evaluation in the Human Rights Education Field: Getting Started (Avaliações no Campo da Educação para os Direitos Humanos: Introdução). Haia: Netherlands Helsinki Committee/HREA, 1997.

O texto está disponível online no endereço: <http://www.hrea.org/pubs/EvaluationGuide/index.html>

Tibbitts, Felisa

Human Rights Education in Schools in the Post-Communist Context (Educação para os Direitos Humanos em Escolas no Contexto Pós-Comunista) em "European Journal of Education" (Jornal Europeu de Educação), Vol. 29, No. 4), 1994, págs. 363-76.

Nações Unidas

Basic Principles on the Independence of the Judiciary (Princípios Básicos da Independência do Judiciário), VII Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e Tratamento de Transgressores, Milão, 26 de agosto a seis de setembro de 1985, U.N. Doc. A/CONF. 121/22/Rev. I em 59 (1985).

Nações Unidas

Basic Principles on the Role of Lawyers (Princípios Básicos do Papel dos Advogados), VIII Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e Tratamento de Transgressores, Havana, 27 de agosto a sete de setembro de 1990, U. N. Doc. A/CONF. 144/28/Rev. I em 118 (1990).

Nações Unidas

Basic Principles on the Use of Force and Firearms by Law Enforcement Officials (Princípios Básicos do Uso da Força e Armas de Fogo por Autoridades de Execução da Lei), VIII Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e Tratamento de Transgressores, Havana, 27 de agosto a sete de setembro de 1990, U. N. Doc. A/CONF. 144/28/Rev. I em 112 (1990).

Nações Unidas

Body Principles for the Protection of All Persons under Any Form of Detention or Imprisonment (Princípios Básicos para a Proteção de Todas as Pessoas sob Qualquer Forma de Detenção ou Prisão). Resolução da Assembléia Geral nº 43/173 de nove de dezembro de 1988.

Nações Unidas

Code of Conduct for Law Enforcement Officials (Código de Conduta para Autoridades de Execução da Lei), Resolução da Assembléia Geral nº 34/169, anexo, 34 U. N. GAOR Supp. (No. 46) em 186, U. N. Doc. A/34/46 (1979).

Nações Unidas

Declaration of the Basic Principles of Justice for Victims of Crime and Abuse of Power (Declaração dos Princípios Básicos de Justiça para Vítimas de Crimes e Abuso de Poder). Resolução da Assembléia Geral nº 40/37 de 20 de novembro de 1985.

Nações Unidas

Guidelines for the Effective Implementation of the Code of Conduct for Law Enforcement Officials, (Orientações para a Implementação Efetiva do Código de Conduta para Autoridades de Execução da Lei), Resolução do Conselho Sócio-Econômico nº 1989/61, 15ª reunião plenária, 24 de maio de 1989.

Nações Unidas

Guidelines on the Role of Prosecutors (Orientações sobre o Papel dos Procuradores), VIII Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e Tratamento de Transgressores, Havana, 27 de agosto a sete de setembro de 1990, U. N. Doc. A/CONF. 144/28/Rev. I em 189 (1990)..

Nações Unidas

International Convention on Civil and Political Rights (Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos) (Resolução da Assembléia Geral nº 2200 A XXI de 16 de dezembro de 1966; entrada em vigor em 23 de março de 1976); U. N. T. S. No. 14668, vol. 999 (1976), pág. 171.

Nações Unidas

United Nations Standard Minimum Rules for Non-custodial Measures (*The Tokyo Rules*) (Regras Mínimas Padrão das Nações Unidas para Medidas Fora de Custódia - As Regras de Tóquio). Adotadas pela Resolução da Assembléia Geral nº 45/119 de 14 de dezembro de 1990.

Questões de Democracia, Volume 7, Número 1, Março de 2002

Sites da Internet sobre Educação para os Direitos Humanos

Anistia Internacional: Educação para os Direitos Humanos

<http://www.amnesty-usa.org/education/>

Uma série de materiais e links da Anistia Internacional, incluindo seu último boletim, Guia de Reação à Crise de 11 de Setembro e o Quarto "R", publicação da Anistia sobre educação para os direitos humanos.

Bibliografia Anotada sobre Educação para os Direitos Humanos

http://soros.org/fmp2/html/bib_intro.html

Oferecida pela Fundação Soros, esta abrangente bibliografia contém artigos, livros, materiais de referência, instituições de treinamento profissional e informações dos meios de comunicação sobre educação para direitos humanos. Também inclui uma lista de recursos em idioma espanhol.

Manual Anotado para Selecionar Materiais de Ensino de Educação para Direitos Humanos e Democráticos

<http://www.hrea.org/pubs/Primer/index.html>

Manual anotado por Felisa Tibbitts, diretora de Associados para a Educação para os Direitos Humanos (HREA). Versão em russo também disponível no endereço:

<http://www.hrea.org/pubs/Primer/ru/index.html>

Centro de Estudo dos Direitos Humanos (CSHR)

<http://www.columbia.edu/cu/humanrights/>

Pioneiro na Universidade de Colúmbia, o CSHR promove treinamento, educação e pesquisa de direitos humanos e distinguiu-se através da sua abordagem interdisciplinar aos direitos humanos.

Associados para a Educação para os Direitos Humanos (HREA)

<http://erc.hrea.org/>

Organização não governamental internacional que apóia o aprendizado dos direitos humanos; o treinamento de ativistas e profissionais; o desenvolvimento de programação e materiais educacionais; e o estabelecimento de comunidades através de tecnologias online. A Biblioteca do HREA (<http://hrea.org/erc/Library/>) relaciona livros fonte, padrões, glossários, documentos das Nações Unidas, tratados e trabalhos de referência geral, com um capítulo especial sobre bibliografias de educação para direitos humanos (<http://erc.hrea.org/Library/bibliographies/index.html>).

Internet para os Direitos Humanos (HRI)

<http://www.hri.ca/welcome.cfm>

Fornecer acesso a recursos que incluem uma biblioteca online de documentos e diretórios de direitos humanos para programas de educação para os direitos humanos, planos de estudos e perfis de livros-texto.

Recursos e Organizações de Direitos Humanos

<http://erc.hrea.org/Links/>

Extensa relação de links internacionais para organizações envolvidas no estudo e ensino de direitos humanos.

Centro de Recursos sobre Direitos Humanos

<http://www.hrusa.org/default.htm>

Trabalhando em parceria com a Universidade de Minnesota, o Centro de Pesquisa de Direitos Humanos possui recursos de HRE produzidos por organizações sem fins lucrativos e editores independentes, incluindo mais de cinquenta currículos, guias, vídeos, documentos e outros auxílios educacionais.

Centro Nacional de Educação para os Direitos Humanos (NCHRE)

<http://www.nchre.org>

Fornecer programas educacionais para grupos comunitários, organizações sem fins lucrativos, escolas e universidades, auxiliando indivíduos a avaliar seus esforços no contexto dos padrões globais de direitos humanos, através de seminários de treinamento introdutórios e intensivos e materiais de recursos educacionais.

Década do Povo de Educação para os Direitos Humanos (PDHRE-Internacional)

<http://www.pdhre.org>

Organização internacional de serviços sem fins lucrativos que trabalha direta e indiretamente com sua rede de afiliadas (principalmente organizações de justiça social e das mulheres) para desenvolver e avançar pedagogias para educação para os direitos humanos relevantes para as vidas diárias das pessoas no contexto de suas lutas por democracia e justiça sócio-econômica.

Ensino dos Direitos Humanos Online

<http://www.oz.uc.edu/thro/index.html>

Contém exercícios de pensamento crítico para o aprendizado individual, atribuições colaborativas de solução de problemas para equipes de estudantes e ferramentas de conferência para a educação internacional online.

Web Site da UNESCO sobre Educação

<http://www.unesco.org/education/index.shtml>

As ações da UNESCO em educação são moldadas em volta de três objetivos estratégicos: promoção da educação como direito humano fundamental; melhoria da qualidade da educação; promoção de experiências, inovações, difusão e intercâmbio de informações e melhores práticas, bem como diálogo político sobre educação.

Relatório Final da UNESCO sobre a Quinta Sessão do Comitê Consultivo sobre Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia, Tolerância e Compreensão Internacional

http://www.unesco.org/education/hci/final_report.htm

Recursos para Professores do UNHCR

<http://www.unhcr.ch/teach/tchhr/tchhr.htm>

Ferramentas para professores sobre direitos humanos e outros assuntos relevantes para os refugiados e asilo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR).

Universidade de Minnesota: Biblioteca de Direitos Humanos

<http://www1.umn.edu/humanrts/>

Milhares de links para documentos sobre direitos humanos, mecanismos de buscas, refletores e muito mais. O site também é disponível em francês, espanhol e russo.

Questões de Democracia, Volume 7, Número 1, Março de 2002

q u e s t õ e s d e
Democracia



EDUCAÇÃO
PARA OS
DIREITOS
HUMANOS

M A R Ç O D E 2 0 0 2

VOLUME 7 NÚMERO 1